

# DRAFT

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Mandato 2013-2017

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM VINTE E QUATRO DE MAIO DE DOIS MIL E DEZASSEIS**

### ATA NÚMERO CENTO E OITO

----- Aos vinte e quatro dias do mês de maio de dois mil e dezasseis, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo e pela Excelentíssima Senhora Margarida Maria Moura Alves da Silva Almeida Saavedra, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária.-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Luisa Flores de Moura e Regedor, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, Joaquim Maria Fernandes Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Nuno Ferreira Pintão, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Vasco Miguel Ferreira dos Santos, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Pedro Paulo Machado

# DRAFT

Alves Mendes, António José Lemos Martins Rego, Ana Paula da Silva Viseu, Susana Maria da Costa Guimarães, Luís Manuel Inês Cavaco, Natacha Machado Amaro, Rosa Lourenço, Francisco Alves da Silva Ramos, João Gomes Boavida, Sara Diana de Campos Leiria Goulart de Medeiros, Margarida Morais, Miguel Agrochão, João Diogo Santos Moura, Gabriel Maria Baptista Fernandes, Ricardo Filipe Barbosa Santos, Patrícia de Oliveira Caetano Barata e Nelson Pinto Antunes. -----  
-----Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----  
----- Davide Miguel Santos Amado (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, por um dia, tendo sido substituído pela substituta legal Deputada Municipal Margarida Morais. -----  
----- André Moz Caldas (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pela substituta legal Deputada Municipal Rosa Lourenço.---  
----- Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Cavaco. -----  
----- Sandra da Graça Lourenço Paulo (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Boavida. -----  
----- Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António José Lemos Martins Rego. -----  
----- Hugo Alberto Cordeiro Lobo (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Susana Guimarães. -----  
----- Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Ana Paula Viseu.-----  
----- Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Ricardo Filipe Barbosa Santos. -----  
----- Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes.-----  
----- Carlos de Apoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Patricia de Oliveira Caetano Barata.-----  
----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Miguel Agrochão. -----  
----- Deolinda Carvalho Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Natacha Machado Amaro. -----  
----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Sara Goulart Medeiros. -----  
----- Isabel Cristina Rua Pires (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Francisco Alves. -----  
----- Maria Luisa de Aguiar Aldim (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gabriel Maria Baptista Fernandes. -----

# DRAFT

----- Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Pedro Paulo Mendes. -----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Vice- Presidente da CML Duarte Cordeiro e pelos Senhores Vereadores: João Paulo Saraiva, Catarina Albergaria, João Afonso, Jorge Máximo e Paula Marques. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: João Gonçalves Pereira, Carlos Moura e Alexandra Duarte. -----

----- Às quinze horas e vinte minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todas e a todos. Façam o favor de ocupar os vossos lugares. -----

----- Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, tenho informação dos serviços que já temos quórum, e vamos dar início à nossa sessão. -----

----- Temos um voto de pesar pelo falecimento de João Constantino. -----

----- Temos duas pessoas inscritas para o período de intervenção aberto ao público, e temos as nossas petições, conforme está previsto. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara faz-se representar pelo Senhor Vice-presidente, que deve estar a chegar, e portanto, isto era o que eu tuinha para vos anunciar. -----

----- Tenho indicação da Câmara que a **Proposta nº 175/2016**, que é a delegação de competências na Freguesia do Lumiar, que a 1ª e 5ª Comissões tinham identificado uma incongruência nos números, a proposta foi retirada para se fazer o acerto dos números, faltava uma parcela e, portanto, está adiada porque a Câmara tem de corrigir primeiro a proposta, para depois mandar para cá direitinha, e como sempre, as Comissões verificam estas falhas, e fazem muito bem porque é esse o nosso papel. -----

----- Sendo assim, eu iria dar a palavra. Temos duas pessoas inscritas, portanto, pedia aos serviços para encaminharem o Senhor Francisco Salpico...” -----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

-----**A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra continuou: -----

----- “Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, o Senhor Francisco Salpico vai-nos falar de um assunto que provavelmente já conhecem, que é a mudança dos serviços camarários para o edifício do Entrepasto. Entretanto, pelo menos os Deputados da 1ª Comissão têm conhecimento que deu entrada um abaixo-assinado de 154 assinaturas sobre esta matéria que eu mandei encaminhar para a 1ª Comissão, que é quem se ocupa dos problemas do pessoal da Câmara e, enfim, toda a questão relacionada com a organização municipal. -----

----- E, portanto, naturalmente pedia atenção para o que o Senhor Francisco Salpico vai falar, uma vez que temos neste momento a correr simultaneamente uma petição que está na 1ª Comissão.” -----

----- **O Senhor Francisco José Cunha do Rosário Pires Salpico**, residente em Rua da Matemática N.º30, 2870-282 Montijo, fez a seguinte intervenção: -----

----- “*Muito obrigado.* -----

# DRAFT

----- *Boa tarde Senhora Presidente, boa tarde a todos.*-----

----- *Eu estou aqui como representante dos trabalhadores municipais do complexo de Alcântara que vão ser transferidos para o edifício Entrepasto.*-----

----- *E o que nos traz aqui é o seguinte. Nós ontem, ao fim da tarde, tivemos acesso às últimas plantas do projeto de arquitetura, portanto, da implantação dos postos de trabalho que se preveem para o edifício Entrepasto. Estivemos a apreciar aquelas plantas e verificamos que pouco ou nada foi corrigido e que, ou seja, mantém-se o grosso das violações aos critérios legais que têm que ser respeitados e aos critérios funcionais também que deviam ser respeitados. Ou seja, aquelas plantas vão causar perturbações no funcionamento dos serviços e várias desvantagens e estamos a concluir um documento onde se irá fundamentar ainda melhor os pontos da Petição n.º 7 e que pedimos à Senhora Presidente, vamos enviar esse documento amanhã ou ainda esta noite e pedimos que junte este documento à petição.*-----

----- *Ou seja, no fim de contas para terminar, o que nós consideramos, os trabalhadores o que consideram, é que, portanto, aquelas condições de trabalho previstas no projeto apresentado pelo Vereador dos Recursos Humanos representam condições inaceitáveis de condições de trabalho.*-----

----- *Muito obrigado.*”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Salpico.-----

----- Como sabe não posso responder-lhe de imediato e a Câmara não pode usar da palavra nestas sessões da Assembleia Municipal, mas seguramente aguardamos esse vosso documento que depois poderá ser enviado à 1ª Comissão e colocado no *site* da Assembleia para todos terem conhecimento. Este assunto vai ter de ser apreciado com um bocadinho mais de cuidado pela 1ª Comissão e, naturalmente, o Senhor Vereador também dará à 1ª Comissão as explicações que se entenderem e veremos como é o desfecho que a 1ª Comissão dará à petição que apresentaram.-----

----- Posto isto, eu vou passar a palavra à segunda pessoa inscrita. É muito nossa conhecida, costuma fazer a cobertura dos nossos trabalhos para o jornal Público, mas creio que a Inês está aqui como cidadã, a Inês Boaventura e, é nessa qualidade que vai usar da palavra.”-----

----- **A Senhora Inês Boaventura**, residente em Rua Teixeira de Pascoais n.º 17 - 1º Esq., 1700-364 Lisboa, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde a todos.-----

----- *Sim, eu hoje estou aqui, ou pelo menos neste primeiros minutos estou aqui na qualidade de munícipe, para falar muito rapidamente de dois casos muito pequenos, mas que eu acredito que refletem aquilo que está a acontecer na cidade e que por isso devem merecer a atenção dos Senhores Deputados e dos Senhores Vereadores.*-----

----- *O primeiro tem a ver com as obras de pavimentação do Bairro das Estacas que terminaram creio que ontem, portanto, aqui em Alvalade. E, parece-me, que houve aqui dois problemas.*-----

# DRAFT

----- Um, o de falta de informação clara. Nos prédios dos moradores foi afixado à porta uma informação, onde se dizia que ia haver obras de pavimentação e que por isso não era possível estacionar ali, simplesmente isto. Não se dizia por quanto tempo é que essas obras iriam decorrer, não se dizia em que período e que elas iriam ser feitas e a verdade é que as obras foram feitas no período noturno, como estava no Facebook da Junta de Alvalade para quem tivesse oportunidade de ver, portanto, entre as 9 horas da noite e as 6 horas da manhã.-----

----- A informação que a Câmara tem dito, em geral, de que estas obras de pavimentação são hoje em dia pouco perturbadoras, lamento dizer mas não correspondem de todo à verdade. O barulho é absolutamente infernal, ninguém dorme, pelo menos naquelas ruas, estamos a falar de um bairro residencial com prédios baixinhos de três andares, ninguém consegue dormir com as obras de pavimentação. Elas duraram vários dias.-----

----- E depois há um segundo problema, portanto, é falta de informação, há este problema do ruído, agora há outra questão que é, aquele bairro era supostamente uma zona 30 que teve obras há muito pouco tempo, em 2013 e, neste momento, com a pavimentação que foi feita as lombas deixaram de o ser, por exemplo. Portanto, houve uma obra que foi feita em 2013, neste momento pouco resta dela.-----

----- Um segundo problema de que eu queria falar-vos, tem a ver com as obras do programa Escola Nova, que são obras que toda a gente sabe que as escolas da cidade muito necessitavam.-----

----- Eu venho falar do caso concreto da Escola do Bairro de São Miguel em Alvalade. O que é que sucede? Foi aprovada em reunião de Câmara, em Janeiro, o lançamento do concurso público para esta obra. Desde essa altura eu já tentei falar com a associação de pais, tentei falar com a coordenação da escola e ninguém sabe que obras são estas. Com certeza que a Câmara sabe, porque há um projeto que é o que foi levado a concurso, a junta acredito que saiba.-----

----- Mas, a minha questão é. Para as pessoas que estão na escola todos os dias, para os professores, para os pais, eles não fazem a mínima ideia da obra que vai ali ser feita. E, não só não fazem ideia, o que já é mau não haver informação, como não foram minimamente envolvidos e eu acredito que não haja ninguém que saiba melhor quais são as necessidades de uma escola, quais são as obras de que ela mais necessita, que carências é que ela tem do que as pessoas que passam lá todos os seus dias que são os professores e os alunos.-----

----- Eu tomei a iniciativa, como município, de contactar o Diretor do Departamento de Educação há alguns meses, em Fevereiro, para lhe perguntar como é que eu posso fazer para saber que obras são estas e para saber se vai haver algum espaço novo de recreio, se o ginásio vai crescer. E ele disse-me que oportunamente seria agendada uma reunião com a comunidade educativa. Isto foi em Fevereiro, estamos em Maio, as obras, segundo as informações que eu tenho, são para começar em Junho ou em Julho e a coordenação continua sem saber que obras vão ser feitas, a associação também e os pais também não sabem e nem sequer lhes foi perguntado, não foram minimamente envolvidos neste processo.-----

# DRAFT

----- *Eu por coincidência, depois de ter pensado vir aqui falhar-lhes destes casos, soube que o PCP vai apresentar amanhã na reunião de Câmara uma proposta exatamente sobre isto e parece-me que faz todo o sentido, porque ninguém melhor do que os pais e os alunos conhece os problemas e as realidades das escolas. Eles não são informados, nem envolvidos tão pouco, o que é de lamentar.*-----

----- *Agradeço imenso a vossa atenção.*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Muito obrigado Inês Boaventura.* -----

----- *Naturalmente, é um exemplo de cidadania vermos um jornalista despir-se do seu papel de jornalista e vir aqui como simples cidadão e cidadania seria também um bom exemplo eu ser capaz de lhe dar uma resposta, desde já, as questões que colocou, que não sou, mas vou verificar.* -----

----- *Chamo a atenção desta questão. Já não é a primeira queixa que me chega de que estas obras que supostamente não fazem ruído durante a noite, são altamente ruidosas. E, portanto, temos efetivamente que verificar isto e chamava a atenção da 5ª Comissão que tem a responsabilidade das obras municipais e também do Senhor Vice-Presidente que tem o problema das obras de proximidade, para esta questão.*-----

----- *E chamava também a atenção para este problema de comunicação que a Senhora Múncipe Inês Boaventura levantou, quer em relação às obras de pavimentação no Bairro das Estacas, quer em Relação à escola do Bairro de São Miguel.*-----

----- *E terminámos as intervenções do público.* -----

----- *Neste momento, temos para nossa apreciação o **Voto de Pesar nº 1/108**, pelo Falecimento de João Constantino. O Senhor Primeiro-Secretário vai ler o Voto de Pesar.”*-----

----- **VOTO DE PESAR Nº 1/108 – Pelo Falecimento de João Constantino:** -----

----- **O Senhor Primeiro-secretário** leu o seguinte Voto de Pesar: -----

----- *“Faleceu no passado dia 17 de maio, com 79 anos de idade, João Constantino, cidadão que durante a sua vida zelou pela defesa dos ideais do Humanismo, da Liberdade e da Democracia em prol da Cidade de Lisboa e, em particular, do Bairro de Alfama.*-----

----- *Eleito em 1976 nas primeiras eleições democráticas e livres para o poder local para o cargo de Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão, cargo que ocupou até 2001 sempre eleito pelas listas da FEPU/APU/CDU, ano em que foi eleito, como independente, para a respetiva Assembleia de Freguesia.*-----

----- *Em 2002 foi agraciado pela C.M.L. com a Medalha de Mérito Municipal de Grau Ouro.*-----

----- *Após a Reforma Administrativa de Lisboa e já militante do Partido Socialista, foi eleito em 2013 para a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior.*-----

----- *Fiel aos princípios escutistas, que sempre respeitou, João Constantino exerceu ao longo de muitos anos vários cargos dirigentes no Grupo nº 8 da Associação dos Escoteiros de Portugal, que lhe concedeu em 1972 a Medalha de Mérito, Classe Prata. Ocupou também o cargo de Escoteiro Chefe Nacional Adjunto e teve diversos*

# DRAFT

*cargos nos Órgãos Sociais da Fraternal Escutista de Portugal, que o agraciou em 2015 com a Medalha de Mérito.*-----

----- *As suas qualidades de cidadão e de autarca mereceram-lhe o respeito e a estima de todos.*-----

----- *O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal de Lisboa, reunida no dia 24 de maio de 2016, que delibere:*-----

----- *1. Guardar um minuto de silêncio em sua memória;*-----

----- *2. Propor à C.M.L. que atribua o nome do distinto autarca João Constantino a uma das artérias do Bairro de Alfama;*-----

----- *3. Remeter o presente voto de pesar à sua família.”*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, perguntou:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Senhores Deputados, penso que não há inscrições sobre este voto, e vamos colocar este voto à vossa consideração. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND. O **Voto de Pesar nº 1/108** foi **aprovado por unanimidade.**-----

----- Vamos fazer um minuto de silêncio...”-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu:-----

----- “Temos, agora, à vossa consideração a aprovação da **Ata nº 93**, de dois de fevereiro, e da **Ata nº 98**, de oito de março. Não vejo pedidos de palavras sobre as atas.-----

----- Senhores Deputados, eu lembro que de acordo com o novo Código do Procedimento Administrativo, eu disse erradamente, na sessão anterior, que tinha que se abster, mas não é isso. Está previsto na lei, é assim, que não pode participar na votação. Portanto, os serviços verificam sempre, antes de transcreverem para a ata a votação, quais foram os Senhores Deputados que nestas reuniões de dois de fevereiro, e oito de março, não estiveram presentes, para que não haja qualquer incorreção relativamente à lei e, portanto, basta-me a indicação do voto da bancada, não vamos estar a verificar, nominalmente, os serviços depois farão essa verificação.-----

----- Vou pôr à votação, ao mesmo tempo, as duas atas, a **93** e a **98**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND. As **Atas 93 e 98** foram **aprovadas por unanimidade**, não tendo participado na votação os Senhores Deputados ausentes nestas duas reuniões.-----

-----De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação das Atas 93 e 98, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes nas reuniões a que as mesmas respeitam.-----

----- Ata n.º 93, Sessão Extraordinária, realizada em 2 de fevereiro de dois mil e dezasseis, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Artur Miguel Coelho (PS), António Rego (PS) Susana Guimarães (PS), Luís Cavaco (PS), João Boavida (PS), Margarida Morais (PS), Fernando Rosa (PSD), Sérgio

# DRAFT

Azevedo (PSD), Ricardo Barbosa Santos (PSD), Patricia Barata (PSD), Nelson Pinto Antunes (PSD), Fábio Sousa (PCP), Francisco Alves (BE), Sara Goulart (BE), Gabriel Fernandes (CDS-PP), Ana Regedor (IND), Pedro Mendes (IND).-----

----- Ata n.º 98, Sessão Extraordinária, realizada em 8 de março de dois mil e dezasseis, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Artur Miguel Coelho (PS), António Rego (PS), Susana Guimarães (PS), Margarida Morais (PS), Ricardo Saldanha (PS), Ana Paula Viseu (PS), Nelson Pinto Antunes (PSD), Daniel Silva (PSD), Natacha Amaro (PCP), Miguel Agrochão (PCP), Francisco Alves (BE), Sara Goulart (BE), Diogo Moura (CDS-PP), Pedro Mendes (IND) e José Moreno (PNPN).-----

----- Vamos passar, agora, à nossa Ordem de Trabalhos”.-----

----- **PONTO 2 – APRECIACÃO DA PETIÇÃO 3/2016 – PELA REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA DE SETE RIOS, NOS TERMOS DA PETIÇÃO E AO ABRIGO DO ARTIGO 85º DO REGIMENTO; 1,5XGRELHA-BASE – 51 MINUTOS A QUE ACRESCEM 10 MINUTOS PARA OS PRIMEIROS SUBSCRITORES;**-----

----- (A **Petição nº 3/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo I** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer** da 3ª Comissão Permanente de Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana, Habitação e Desenvolvimento Local fica anexado à presente Ata, como **Anexo II** e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Recomendação nº 2/108 – 3ªCP** - fica anexada à presente Ata, como **Anexo III** e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, continuou:-----

----- “Temos em primeiro lugar a **Petição nº 3/2016** e foi posta em primeiro lugar porque a primeira signatária, Dr.ª Ana Arriaga pediu-me para que fosse falada já de início, devido a um compromisso, pelo que é a sua vez, peço aos serviços que chamem a Senhora.-----

----- A petição nº 3/2016, tem a ver com a requalificação da Praça de Sete-Rios.-----

----- Foi entregue com duzentas e noventa e duas assinaturas, há um parecer sobre esta petição da 3ª Comissão que foi feito pelo Senhor Deputado João Pinheiro e foi aprovado por unanimidade, e temos uma recomendação originada pelo parecer.-----

----- E, agora, vamos ouvir a intervenção e muito obrigada pelo esforço de compatibilização de estar aqui, e do resto.-----

----- Faça favor.”-----

----- **A Senhora Dr.ª Ana Arriaga** Representante dos Peticionários, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde a todos, Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, Senhores Deputados, gostaria de ter um pouco da vossa atenção apenas durante dez minutos.-----

----- Portanto, vou falar sobre a **Petição nº 3/2016**, que tem a ver com as obras de requalificação da Praça de Sete Rios.-----

----- Os peticionários consideram que a Praça de Sete Rios se transformou, ao longo dos tempos, num monstro de betão, numa zona de congestionamento grave de tráfego,



# DRAFT

num parque de paragem automóvel obstruente, conferindo à zona uma enorme falta de qualidade. -----

----- Assim, os peticionários consideram a requalificação da Praça de Sete Rios uma urgência e saúdam a Câmara Municipal de Lisboa pela iniciativa.-----

----- Não obstante, questionam a gestão do processo pela Câmara Municipal de Lisboa. Nós temos três fases do processo; a análise programática, a participação pública e o projeto e obra. Tomámos conhecimento, recentemente, que o projeto se encontra já na fase de projeto e obra, tendo sido profundamente prejudicada a participação pública como eu vou referir agora. A participação pública deveria compreender a recolha de contributos da população, presencial e participação online, e integração das sugestões nos projetos com a respetiva divulgação dos resultados.-----

----- O que é que aconteceu na realidade?-----

----- Houve uma sessão pública no dia dezanove de Dezembro de dois mil e quinze, mal divulgada, em que a Câmara Municipal de Lisboa mostrou impreparada para responder às questões dos presentes quanto ao impacto no tráfego. A Câmara Municipal de Lisboa afirmou que havia um estudo de tráfego que concluía uma melhoria significativa do mesmo. Comprometeu-se com a realização de uma nova sessão, com a presença dos técnicos para responder às questões. Esta sessão nunca ocorreu. O estudo de tráfego não foi disponibilizado. A participação online no que respeita à Praça de Sete-Rios esteve sempre indisponível, e a resposta aos emails que dirigimos ao Gabinete do Senhor Vereador Manuel Salgado nunca tiveram resposta.---

----- Constatámos a nossa Junta de Freguesia para pedir auxílio na concretização de uma reunião com a Câmara Municipal de Lisboa que deu frutos nulos. E, portanto, concluímos que a participação pública foi fortemente, prejudicada. -----

----- Há uma questão crucial a esclarecer sobre o estudo de tráfego que, entretanto, conseguimos através de meios privados. Foi realizado, apenas, em Dezembro de dois mil e quinze, depois da apresentação pública do projeto já em fase de quase adjudicação, portanto, completamente definido. Foi realizado por uma empresa exterior à Câmara Municipal de Lisboa. Não compreendemos porque é que o Departamento da Câmara Municipal de Lisboa competente não foi chamado a emitir parecer. -----

----- A recolha de dados “*imput*” do modelo usado no estudo de tráfego ocorreu apenas em duas horas, num único dia, uma sexta-feira, das dezasseis e trinta às dezoito e trinta, manifestamente insuficientes, não sendo representativos estes dados.-----

----- Os peticionários consideram inevitáveis sérias reservas quanto às conclusões deste estudo. -----

----- O projeto tem como objetivos principais, promover o espaço público de sociabilização e de bem-estar, promover modos suaves de locomoção, bicicleta e marcha a pé e transportes públicos, e condicionar o trânsito automóvel, assenta em dois pilares fundamentais; a construção de uma praça urbana com zonas verdes e espaço pedonal, e um segundo pilar que tem a ver com o sistema viário dos transportes públicos que compreende a instalação de um terminal de transportes suburbanos debaixo do tabuleiro do eixo, e o reordenamento do sistema viário de estacionamento.-

# DRAFT

----- A nossa convicção profunda é de que existe um conflito insanável entre estes dois pilares. -----

----- Elementos cruciais de intervenção do segundo pilar: diminuição das vias, de quatro para duas, em cada faixa do lado do eixo, a instalação de um terminal de transportes suburbanos, debaixo do tabuleiro, com duzentas e noventa e duas camionetas por dia, interrupção da ligação direta entre os troços da Estrada da Luz, Norte e Sul, instalação de cais e corredor “bus” em frente ao terminal da Rede Expresso, desaparecimento do estacionamento de superfície, e criação do estacionamento subterrâneo. -----

----- Aqui, nós temos a configuração da Praça depois da intervenção, aqui é o terminal novo dos transportes suburbanos, a praça urbana, aqui o corte entre os dois troços da Estrada da Luz, a questão que levantamos, imediatamente, é porque é que esta rotunda não pode ter tráfego à volta para permitir a ligação entre estes dois troços? E, aqui, temos a instalação do corredor para autocarros da CARRIS, com os respetivos cais. Aqui, debaixo do eixo, temos os cais destes transportes, com a respetiva circulação.-----

----- Há uma questão crítica por assegurar, é que a intervenção da Câmara Municipal de Lisboa gera problemas cuja solução está fora da sua esfera de competências, envolvendo a Rede Nacional de Expressos, os Transportes Suburbanos, as Infraestruturas de Portugal, e a CCDR Vale do Tejo mais a Agência Portuguesa do Ambiente. -----

----- Conclusão clara, há necessidade de um projeto integrado, que incorpore soluções para todos os problemas gerados, e garanta a participação das diferentes entidades com responsabilidade nas funções. Não está assegurado. -----

----- Questão crítica por esclarecer, quem é o responsável pela construção do estacionamento subterrâneo? Não sabemos. -----

----- Existe orçamento disponível e aprovado? Não sabemos. -----

----- Existe prazo de execução determinado? Não sabemos. -----

----- Conclusão clara, a não concretização deste estacionamento prejudica gravemente os objetivos do projeto, retira qualidade de vida às pessoas, sendo, portanto, que o estacionamento subterrâneo é fator determinante e condicionante do projeto. -----

----- Uma questão crítica por esclarecer é qual é o impacto do atual terminal dos transportes suburbanos na malha viária urbana que justifique a sua deslocação para Sete-Rios? Qual é o benefício real dos utentes destes transportes? E quantos utentes vão beneficiar desta instalação? -----

----- Conclusão clara, o aumento do nó nevrálgico dos transportes públicos na praça com mais de duzentas e noventa e duas camionetas, por dia, necessariamente agrava os índices de poluição ambiental e sonora, e agrava o congestionamento da entrada e saída dos veículos do eixo norte/sul. -----

----- Existem quatro pontos fundamentais referentes ao segundo pilar, tráfego, poluição ambiental, poluição sonora e aspeto visual.-----

----- No que respeita ao tráfego, o estudo de tráfego diz que o volume de tráfego não vai aumentar como consequência da crise, o que significa que, segundo estes

# DRAFT

Senhores, a crise está para ficar. Prevê uma diminuição de 25% no volume de tráfego, consequência da redução das vias viárias. Vou desmontar: -----

----- Congestionamento, a resposta do Senhor Arquiteto Manuel Salgado à nossa questão foi, a diminuição das faixas viárias não tem efeitos negativos porque, atualmente, as quatro vias de cada faixa não são, totalmente, utilizadas. Vou desmontar: -----

----- Caracterização do tráfego da Praça de Sete-Rios; -----

----- 1. Entrada e saída do eixo Norte/Sul; -----

----- 2. Tomada e largada dos passageiros dos terminais das camionetas;-----

----- 3. Residentes; -----

----- 4. Tráfego de atravessamento da praça.-----

----- O primeiro é um atrator de tráfego que vai ser agravado com a intervenção. -----

----- A tomada e largada de passageiros é um atrator de tráfego que vai possivelmente, ser agravada com a intervenção. -----

----- Quanto aos residentes não prevemos alteração. -----

----- No tráfego de atravessamento poderá haver uma diminuição do tráfego individual por desincentivo, porque a praça vai ficar atolada. -----

----- Convicção: a praça após a intervenção continua a ser um atrator enorme de tráfego, e o número de veículos por dia não vai diminuir.-----

----- Incertezas: -----

----- Qual é o desagramento do tráfego individual de atravessamento?-----

----- E qual é o agravamento do tráfego nas vias alternativas?-----

----- Não está estudado. E não foi respondido. -----

----- Fontes de congestionamento atual: -----

----- Entrada e saída do eixo Norte/Sul; -----

----- Tomada e largada de passageiros em frente ao terminal da Rede Expresso;-----

----- Tráfego de atravessamento da praça em direção à Columbano, Malhoa e Nova Campolide.-----

----- Convicção: -----

----- O congestionamento sistemático e consistente indica saturação atual da utilização funcional das quatro vias de cada faixa, ao contrário do que o Vereador Manuel Salgado afirma. O congestionamento irá agravar-se precisamente pela diminuição do número de vias.-----

----- Tomada e largada de passageiros: -----

----- A paragem para a tomada e largada de passageiros, em plena praça, é ilegal foi-nos confirmado, já sabíamos, pelo próprio Vereador. -----

----- Esta norma é desobedecida massivamente. Pergunta-se, será que a norma é cumprível? É razoável que se espere que esta norma seja cumprida no atual contexto que se vive na praça? Não. Existem enormes filas para a entrada para o parque de apoio ao terminal, com tempos de espera totalmente, desproporcionais ao objetivo de tomada e largada de passageiros. E tem de se pagar cinquenta cêntimos para se tomar, ou largar, um passageiro. É completamente, desrazoável.-----

# DRAFT

----- A eficácia do policiamento, o Senhor Vereador disse-nos que o congestionamento vai desaparecer porque o policiamento vai impedir estas paragens ilegais. -----

----- Atualmente, o congestionamento é grave, e a eficácia do policiamento é nula. Perguntamos, por que razão vai, no futuro, o policiamento ser plenamente, eficaz, perante uma situação agravada? -----

----- Nós temos, aqui, o corredor da CARRIS, e temos aqui, a fila de carros a entrar para o parque de estacionamento. Esta fila é compacta e, como os Senhores estão a ver, vai haver um conflito insanável, entre esta fila e os autocarros que aqui estão o que vai causar o caos na praça. -----

----- O congestionamento vai ser, fortemente, agravado pela intervenção: -----

----- O número de viaturas viárias, a instalação do cais e o corredor de “bus” em frente ao terminal da Rede Expresso. -----

----- Conclusão: -----

----- O reordenamento deste terminal não é mero complemento de eficiência, como o Senhor Arquiteto Manuel Salgado apontou, mas é fator determinante e condicionante do projeto. -----

----- A poluição ambiental: -----

----- A competência da monitorização da qualidade do ar não pertence à Câmara, pertence à CCDR Vale do Tejo, mas a Câmara Municipal deve, antes de definir a sua intervenção, atender aos níveis de poluição do local e estudar o impacto dos níveis de poluição, e não foi feito. O agravamento dos níveis de poluição é óbvio porque o número de veículos, durante o dia, não vai decrescer, e o número de camionetas por dia vai crescer, significativamente. -----

----- A quantificação do agravamento é fator determinante e condicionante do projeto. -----

----- Poluição Sonora: -----

----- Atualmente, os níveis de intensidade sonora são os mais graves da cidade, na Praça de Sete-Rios. A principal fonte de ruído é o eixo Norte/Sul. -----

----- Vamos ter mais uma camioneta a cada três minutos; -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa avança com um projeto que comporta agravamento, e a resolução deste problema sai da esfera de competências da Câmara, e das Infraestruturas de Portugal. -----

----- Conclusão, a Câmara agrava um problema cuja resolução sai fora da esfera das suas competências. -----

----- Esta foi a fotografia que o Senhor Arquiteto Camilo Cortesão, o arquiteto do projeto de intervenção. Apresentou na sessão pública de esclarecimentos. Eu diria que isto é uma fotografia de um catálogo de vendas de viadutos. Mas, na verdade, isto não tem nenhuma colagem com a realidade, o eixo está sempre sujo, sempre ocupado por camionetas que estão estacionadas, ou em circulação, gerador de confusão e *stress*, o aspeto visual está por resolver, e a Câmara Municipal de Lisboa disse-nos “olhem para a Praça Urbana”, ou seja, olhem para outro lado. -----

----- Conclusões dos Representantes dos Peticionários: -----

----- A diminuição do número de veículos a cada instante é óbvia porque há menor áreas de vias; -----

# DRAFT

----- O número de veículos por dia não vai diminuir, é um atrator de tráfego, a praça; -  
----- Os períodos de congestionamento críticos esses sim, são mais longos porque há menor capacidade de escoamento; -----

----- A tomada e largada de passageiros não está resolvida; -----

----- O aspeto visual não está resolvido; -----

----- O aumento do congestionamento de tráfego é óbvio; -----

----- O aumento da poluição ambiental e sonora é óbvia; -----

----- O impacto positivo da praça urbana, que nós tanto acarinhámos, sai fortemente prejudicado. -----

----- Assim, e vou concluir, os Representantes dos Peticionários consideram as Recomendações da 3ª Comissão Permanente, muito importantes. Mas, desconhecendo o seu poder vinculativo, temem que fiquem aquém da defesa dos legítimos interesses e direitos dos munícipes peticionários, da promoção da qualidade que se ambiciona para as cidades do século XXI. -----

----- Relembrem que a participação pública foi fortemente, prejudicada, não foi cumprida a disposição legal do Código do Procedimento Administrativo, de dar direito de audiência prévia aos munícipes afetados, e neste contexto, colocam à consideração desta Assembleia a sua oposição veemente à execução do projeto sem a garantia da construção do estacionamento subterrâneo, da resolução do problema da tomada e largada de passageiros, da redução menos drástica do número de vias da faixa viária, da monitorização da poluição ambiental, da mitigação da poluição sonora, e por último, a sua oposição veemente à instalação do Terminal dos Transportes Suburbanos debaixo do tabuleiro do eixo Norte/Sul. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu: -----

----- “Penso que nos fez aqui, uma exposição muito bem organizada sobre o vosso ponto de vista. -----

----- Naturalmente, nós vamos dar a palavras aos vários Senhores Deputados para se pronunciarem sobre aquilo que ouviram, sobre a petição e sobre a recomendação da 3ª Comissão. -----

----- Apenas dizer que as recomendações da Assembleia à Câmara, o poder vinculativo que têm é meramente, político, não é mais do que isso, mas é um poder importante na medida em que se a Câmara não cumprir as recomendações da Assembleia, sujeita-se a uma forte crítica política na Assembleia, e sujeita-se, eventualmente, a que os projetos, ou propostas, que tenham pendentes possam não ser aprovados por não terem sido tidas em conta as recomendações da Assembleia Municipal. -----

----- Seja como for, aqui há um problema de comunicação e há um problema de conteúdo do projeto, e é isso que vamos, naturalmente, apreciar nas várias intervenções. -----

----- Sobre a petição que foi agora apresentada, o Deputado Relator da 3ª Comissão é o Deputado Municipal João Pinheiro. Pergunto se querem fazer uma apresentação do

# DRAFT

vosso relatório. Eu penso que sim, aliás, é um relatório desenvolvido com uma série de diligências, e vamos ouvir.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Pinheiro (PS)** no uso da palavra, e na qualidade de Relator do Parecer da 3ª Comissão Permanente, fez a seguinte apresentação: -----

----- “Os meus cumprimentos à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, à Senhora e Senhor Secretário da Mesa, aos Senhores Vereadores presentes, caras e caros colegas, cidadãos e cidadãs. -----

----- Cumprimento, obviamente, os peticionários pelo empenho que colocam na análise desta questão relevante para a cidade, pela apresentação que, aqui, nos trouxeram, hoje. Lamento, enquanto relator deste parecer, não ter conhecido todas estas questões na petição que foi apresentada à Assembleia Municipal, pois poderia, naturalmente, ter-me debruçado sobre cada uma delas, e poderia, também, a Assembleia Municipal, no ofício que remeteu à Câmara solicitando a pronúncia sobre um outro conjunto de questões, ter incidido, também, sobre estas. -----

----- E portanto, sobre este diálogo que, aqui, hoje, se estabelece, fica prejudicado pela opção dos peticionários de não terem apresentado de forma completa todas as questões que consideravam nocivas e prejudiciais à discussão deste projeto. -----

----- Outro reparo que faço de imediato, é que esta apresentação não aborda todas as questões do projeto, não aborda o projeto de forma sistemática. Aborda a questão do tráfego viário, essencialmente, do impacto da instalação do terminal....” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** interrompeu para clarificar o seguinte: ---

----- “Senhor Deputado, eu peço desculpa, eu inscrevi-o como relator para apresentar o relatório. O Senhor Deputado está a fazer uma intervenção....” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Pinheiro (PS)** respondeu: -----

----- “Sim, estou.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** continuou: -----

----- “Tem todo o direito de a fazer, o seu partido tem tempo, mas eu pedia-lhe para separar as duas coisas.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Pinheiro (PS)** respondeu: -----

----- “Com certeza, e separarei. -----

----- E quando dizia, precisamente, que esta apresentação não refletia o projeto, é precisamente para dizer que o relatório tentou refletir todas as vertentes do projeto. ---

----- O relatório, tal como se fazem todos os outros relatórios, nesta Assembleia, identificou todas as diligências que foram feitas, a audição dos peticionários, onde estas questões não foram colocadas, a audição da Câmara Municipal de Lisboa, e abordagem descritiva das soluções propostas. Nessa abordagem descritiva, também, foi enunciada a apresentação pública que foi feita no auditório do Jardim Zoológico, a discussão pública que, aí, se realizou, e também a apresentação que depois foi feita pela Câmara Municipal aquando da apresentação da solução final deste projeto e, por fim, a anunciação das questões que foram colocadas, daquelas que foram respondidas pela Câmara, daquelas que consideramos que não foram respondidas e que, por isso,

# DRAFT

foram autonomizadas e identificadas num conjunto de recomendações que são dirigidas à Câmara na apreciação da fase de execução deste projeto. -----

----- É esta a apresentação do relatório. E reservava para uma intervenção posterior, a apreciação do mérito do mesmo.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte apresentação: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Nós seguimos, atentamente, este processo, e saudamos os peticionários. -----

----- Tratam-se de obras de requalificação da Praça de Sete Rios o que, em princípio, é matéria que nós apoiamos dada a situação real daquela zona. Agora, são expressas várias dúvidas e sérias preocupações pelos peticionários; a criação de melhores condições locais, mas, na realidade o que falta, em nosso entendimento, e em relação à mobilidade e trânsito na cidade e na área envolvente da Cidade de Lisboa, nos conselhos envolventes, pedem. De facto, maior articulação e consideração dessas realidades. E o estreitamento de vias, em Sete Rios, vai obrigar à formação de mais filas, mais dificuldades de atravessamento, e portanto, o agravamento da situação real até do ponto de vista ambiental. -----

----- A proposta tem dois pilares fundamentais; a criação de uma zona aprazível entre o viaduto e o Jardim Zoológico, com espaços verdes, encontro de pessoas, etc., mas contraditoriamente pretende-se trazer mais estação de camionagem para a praça, com impactos na Estrada da Luz e de Benfica, e zonas mais amplas de envolvimento, a instalar debaixo do viaduto, portanto, mais construção de um parque de estacionamento subterrâneo, de duas rotundas, e diminuição das vias de circulação, portanto, mais paragens, mais poluição, mais dificuldades, e tudo isto à luz de uma perspectiva que é desta Câmara, olha para a cidade, olha para os locais numa perspectiva de propaganda, numa perspectiva de eleições em 2017, não olha, de facto para a Área Metropolitana, não cuida das questões da Área Metropolitana, e de todos os problemas de mobilidade que desde os anos noventa, são debatidos neste Município de forma séria. Existem propostas, existem questões de resolução, mas não se avança para essa articulação metropolitana dos problemas que afetam, de facto, Lisboa e que têm que ser tidos em conta. -----

----- No ponto dois da petição, a partir da página quatro, há perguntas concretas dos peticionários, e era bom que a Câmara respondesse a essa quantidade imensa de questões que são colocadas. -----

----- Há o parecer da 3ª Comissão, nós estamos de acordo com as recomendações que são feitas, com a recomendação da instalação de barreiras acústicas no viaduto, até de forma muito positiva, com o monumento à paz e à liberdade a colocar no sítio onde se situou a Escola da PIDE, mas na realidade o que interessa é encontrar soluções de fundo, soluções organizadas e com uma visão mais ampla do que o mero sítio da cidade, caso a caso, mas sim para a resolução a nível da Área Metropolitana daquilo que é a mobilidade e os transportes. -----

----- Muito obrigado.”-----

# DRAFT

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte apresentação: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Membros da Mesa, Senhor Vice-presidente, Senhores Vereadores, caros colegas.-----

----- Esta é mais uma situação em que, de facto, a Câmara procurando, ou desejando, ou dizendo que vai favorecer a cidade, o espaço público e as populações, nem sempre o faz na defesa dos interesses das pessoas, de todos os interesses presentes. -----

----- E aqui vimos, na explanação feita, pela munícipe relativamente ao problema da Praça de Sete-Rios, que de facto, há muitas queixas e queixas razoáveis, feitas pela posição que a Câmara está a tomar. -----

----- A 3ª Comissão ouviu os peticionários e elaborou um parecer muito bem fundamentado, eu aqui elogio o relator, muito bem fundamentado, e questionou o Senhor Vereador nalguns aspetos que, infelizmente, o Senhor Vereador não respondeu, nomeadamente, relativamente ao impacto ambiental, ao impacto sonoro, ao estudo de tráfego, não respondeu e por isso as recomendações insistem muito nesse aspeto, as recomendações que irão ser votadas por esta Assembleia incidem muito nesses aspetos, de forma a minimizar os efeitos negativos que a eventualidade de um processo não muito seguro, poderá vir a conduzir. E isso é fundamental porque, em primeiro lugar estão as pessoas, isto é fundamental porque temos que defender os interesses das pessoas que são os habitantes da cidade, que são aqueles que mais sentem os problemas, naturalmente, erros municipais no espaço público que poderão vir a provocar. -----

----- E o que nós desejaríamos é que, de facto, um processo desta envergadura, como aqui se viu, que envolve situações e entidades que não estão diretamente dependentes da Câmara, não são serviços da Câmara, a ser feito deveria ser feito de forma integrada entre essas entidades, todas essas entidades, desde os Transportes do Sul do Tejo, desde as Infraestruturas de Portugal, a Câmara, naturalmente, com audição dos seus habitantes, deveria participar nesse processo desde o princípio, e um processo que era aqui apresentado, era um processo completo, onde todos os intervenientes se responsabilizavam. -----

----- Será feito o parque de estacionamento que é fundamental já que vai haver diminuição de lugares de estacionamento. Será feito a resolução do tráfego com em relação à saída dos autocarros, será feito algum acordo, alguma forma de minimizar os efeitos da mudança da Praça da Figueira para Sete-Rios do estacionamento dos autocarros, dos TST's. Será feito? Não sei, quer dizer, não é uma resposta que nós tenhamos segura, e muito menos têm os peticionários.-----

----- Portanto, mais uma vez, se louva a posição e o empenho dos peticionários, o seu profissionalismo na abordagem deste problema, o seu interesse na defesa dos seus interesses que são, também, os interesses da Cidade de Lisboa, e nós, Assembleia Municipal, e a 3ª Comissão que tenho a honra de presidir, naturalmente fará tudo, e fez, no sentido de minimizar esses riscos. E o parecer é claro nas suas recomendações, onde grande parte dos aspetos que foram aqui focados, são tratados nas recomendações e, portanto, esperemos que sejam resolvidos. Mas, isto, não inibe



# DRAFT

porque a responsabilidade da Assembleia Municipal é apenas esta, recomenda, e ninguém nos garante que as nossas recomendações sejam aceites.-----

----- Portanto, aquilo que eu, pessoalmente, enquanto Deputado Municipal, posso recomendar aos peticionários é que, não desistam e insistam naquilo que são os vossos direitos.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- Permita-me dizer que é responsabilidade desta Assembleia recomendar, mas também é da responsabilidade desta Assembleia fiscalizar. E, portanto, temos sempre esta dupla responsabilidade de recomendar e fiscalizar a ação da Câmara Municipal.---

----- Vamos prosseguir.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Pinheiro (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- Queria, apenas, dar uma nota, arreigada, também, na qualidade de munícipe e conhecedor daquela freguesia, para explicitar, aqui, um pouco, algumas contradições. -

----- De facto, Sete-Rios é um espaço da cidade que ao longo de décadas tem sido marcado por profundas intervenções de redes nacionais, é uma rede rodoviária, é uma rede ferroviária, é a rede do metropolitano, década a década, década de oitenta, década de noventa, década de dois mil, Sete-Rios conheceu todas estas intervenções estruturantes todas elas acompanhadas de previsões catastróficas, como é que o espaço iria resistir, como é que iria acomodar, mas conseguiu-se acomodar. Obviamente, este projeto o que visa é desincentivar a afluência de tráfego automóvel àquela praça, daí se apresentar como um dos maiores centro intermodais da cidade, ali confluem metropolitano, transporte rodoviário pesado de passageiros, transporte individual, autocarros da rede da CARRIS, e é precisamente, o que o projeto apresenta é a integração destes modos de transportes coletivos como modos suaves de mobilidade, a pé e ciclovias, para tornar o espaço com uma maior vivência urbana na cidade, porque se há coisa que, também, se tem de notar é que sendo aquele espaço próximo, numa distância menor a um quilómetro, de infraestruturas importantes da cidade como a Cidade Universitária, a Universidade Católica, o Complexo do Sport Lisboa Benfica, o IPO, é um espaço que para a população, a população de São Domingos de Benfica, não tem uma praça, uma praça central onde as pessoas se possam reunir, onde possam fruir. E também, este projeto contempla outra coisa importante, que aparentemente está em contradição com as previsões de pioria da qualidade de vida, é que oferece uma maior área de florestação, vai expandir jardins para zonas que, neste momento, são escombros da antiga Escola Técnica da PIDE, vai, também, aumentar o espaço de caldeiras, vai no fundo, humanizar, e humanizando tornar aquele espaço mais favorável à qualidade de vida na Cidade de Lisboa.-----

----- E é essa na nossa perspetiva, e não apenas, a abordagem relativa à mobilidade e à previsão do tráfego viário que tem de ser acarinhada por esta Assembleia Municipal,

# DRAFT

sem descurar todos os outros impactos de índole ambiental, que estão identificados no parecer e que nos competirão continuar a promover.-----

----- E é por isso, caras e caros colegas, que eu acho que este projeto mais do que ser criticado à partida, e terminava com duas nuances apenas, não tem de estar definido, nesta fase, porque normalmente, não é a Câmara promotora direta de espaços de estacionamento subterrâneo, quem será, e quando será, a construção do espaço de estacionamento subterrâneo? Está calendarizado. Não tem de estar definido.-----

----- Imediatamente, nesta fase, e termino já, Senhora Presidente, as medidas de mitigação do excesso de ruído e de poluição. Obviamente, a Câmara sob pressão da Assembleia Municipal, terá de se coordenar com os operadores dos terminais de transportes pesados, com a Infraestruturas de Portugal para criar essas barreiras e essas medidas para melhoria da qualidade ambiental. Mas cá estaremos para acompanhar, e acima de tudo, temos também o dever, para com aquela zona da cidade, de acarinhar este projeto.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, Senhores Vereadores, caros Deputados. -----

----- Queria, em primeiro lugar, saudar os peticionários por este exercício de cidadania ativa, e de nos trazerem este problema, e também, de levantarem, aqui, várias questões que são prementes. São questões que para o CDS-PP não são novas, todos nós queremos a regeneração da cidade e a sua revitalização, principalmente, desta praça, tendo em conta o seu atravessamento de tráfego, pelo que nenhum de nós é contra a revitalização da cidade, mas a verdade é que ela não pode ser feita de qualquer forma e a todo o custo, passando por cima dos munícipes e sem uma verdadeira participação.

----- E os problemas, aqui, trazidos hoje, por estes peticionários, problemas de mobilidade, de acessibilidade, ambientais, ausências de estudos técnicos, nós corroboramos e, aliás, não são novos, nós já apresentámos quando esta proposta foi discutida em Câmara Municipal, aliás, o CDS-PP foi o único partido que votou contra, e convém lembrar essas questões e muitas delas foram, hoje, aqui trazidas por estes peticionários, uma delas foi a fraca discussão pública que este projeto teve, e que foi, aqui, corroborado por alguns munícipes, que até participaram nela e, portanto, poderão testemunhar melhor do que nós e, portanto, assistimos a uma discussão insuficiente não só nessa sessão que foi feita em novembro, Jardim Zoológico, mas também, nas subsequentes que não existiram. Depois, na altura em que a proposta foi discutida em reunião de Câmara, não existia sequer um parecer dos serviços camarários, nomeadamente, da MNT, e nessa reunião quase em cima da hora da votação, aparece um parecer. E o que é que esse parecer dos serviços diz? Apresenta alterações significativas ao projeto, nomeadamente, em relação à sinalização luminosa, ao traçado de sentido de vias de circulação, particularmente, na zona poente, interrupção da circulação na zona nordeste da praça, inclusão de mais uma via a fluir à praça, na Estrada das Laranjeiras, e inclusão de uma via adicional na Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, e muitas outras soluções que, ainda, não vimos serem alteradas no projeto. -----

# DRAFT

----- Depois disto, para alguns colegas Deputados que dizem que não devemos ter em conta esta questão do estacionamento, não deve ser preocupante porque até a questão do estacionamento do subsolo depende de um privado. Ora bem, nós não devemos é continuar a aprovar aqui, planos de pormenor e planos de urbanização que são, a nível da mobilidade, fundamentados em decisões, e dou o exemplo do Plano de Pormenor das Amoreiras em que se decide afunilar, ou suprir, uma faixa de rodagem na Rua D. João V, tendo em conta que vamos ter uma estação de metro nas Amoreiras, coisa que a própria Administração dos Transportes de Lisboa já disse que, até 2050, não existirá. -----

----- Portanto, não podemos deixar de parte estas questões dizendo que elas dependem de privados porque a responsabilidade do projeto é camarária pelo que, não podemos continuar a fechar os olhos. -----

----- Depois, faltam muitos mais pareceres de outras entidades competentes e que, até à data, ainda, não os recebemos, e na discussão em sede de comissão, em que não pude participar, mas já me transmitiram, também, essas questões que não foram salvaguardadas pelo Vereador, e os estudos não aparecem. -----

----- Portanto, dizer e voltar a reafirmar, que os peticionários poderão contar com o nosso apoio no sentido de voltar a solicitar à Câmara, que apresente um projeto consistente porque não achamos que ele o seja, e por isso votámos contra em Dezembro, e mantemos todas as razões que fundamentaram o nosso voto contra, mantêm-se. Dizer que a Câmara continua a não dar respostas como devia, em sede de comissão, o que nos deixa, ainda, mais preocupados. A questão que já foi aqui falada, que falta sempre uma perspetiva municipal integrada. Isto aconteceu com a Segunda Circular, aconteceu com o Eixo Central, e portanto, esta perspetiva municipal integrada e à escala metropolitana continua a não existir na discussão destes projetos. -

----- Assistimos a projetos em catadupa, todos eles estão atrasados, ainda hoje, saiu uma notícia que dava conta de vinte e nove projetos atrasados, quer uma Praça em Cada Bairro, há uns que nem sequer começaram, quer a nível do Pavimentar Lisboa, estamos com uma pressa desenfreada em fazer projetos num espaço de um ano, e só vemos uma razão, já dissemos várias vezes, e portanto, todas estas razões nos levam a cada vez mais, que o CDS-PP se sinta confortável com o voto contra que deu ao projeto, e esperamos que com aquilo que foi, aqui, dito hoje, pelos peticionários, com várias ressalvas que foram feitas, alertas que foram expressos e muito preocupantes, e para além das recomendações que foram vertidas no parecer, e que nós acompanhamos, que há uma necessidade premente fazer uma reavaliação deste projeto e se necessário repensar o calendário, que é algo que, também, o CDS-PP tem vindo a afirmar, esta catadupa de projetos só vai prejudicar a cidade, não é feita a favor da cidade, nem a favor dos interesses dos nossos munícipes. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente. -----

## DRAFT

----- Esta é uma das funções, e estou a falar da petição e das petições em geral, está-se a tornar numa das funções mais nobres que estamos a ter na vida cívica da cidade. -----

----- Esta petição traz-nos alertas e questões que o simples relatório, simples sem menosprezar, uma vez que está muito bem feito, o simples relatório da comissão não traduz na sua totalidade. E nós ficámos bastante preocupados porque de uma forma geral, as praças que têm vindo a ser trabalhadas pela Câmara têm trazido, de uma forma geral, um acréscimo de qualidade à vida da cidade, pelo menos é a nossa interpretação, e aquilo que nós vimos hoje, relativamente a Sete-Rios, é algo que nos deixa completamente preocupados. Ou seja, ao invés de vermos um acréscimo de qualidade de vida e de integração com a natureza e fruição, vemos que numa praça daquela dimensão há uma zona que está, hipoteticamente, uma vez que neste momento, ainda, não conseguimos confirmar na sua totalidade, bem tratada, mas há outra que se assemelha a qualquer coisa como um pandemónio há espera de acontecer. -----

----- Portanto, esta nossa preocupação confere uma importância enorme às recomendações que esta Assembleia irá fazer, decorrentes do relatório que foi feito e, como muito bem disse a Senhora Presidente, a nossa função de fiscalização irá acompanhar este assunto uma vez que as indicações que nos são dadas, neste momento, pela descrição dos peticionários e também pelas recomendações das comissões, são deveras preocupantes. -----

----- Portanto, iremos acompanhar esta situação, mas deixamos, desde já, a nossa preocupação. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Boa tarde a todos e a todas. -----

----- A começar por saudar as quase três dezenas de peticionários que se envolveram neste tema. -----

----- Concordar, também, com as recomendações dos pareceres das comissões, e deixar apenas um registo que este é de facto uma zona sensível da cidade, tem um equipamento que provoca grandes perturbações na vida naquela proximidade e, portanto, um terminal rodoviário que pelas suas próprias características tem muitas implicações do ponto de vista da poluição ambiental, ruído, e portanto, é preciso pensar estas intervenções da forma mais ponderada e com a capacidade de envolver o maior número possível de pessoas. -----

----- E o que constatamos ao ouvir o Representante dos Peticionários, é que, de facto, isso não foi feito. E portanto, se é bom que haja anúncios de intervenções e praças em cada bairro, é preciso que as pessoas que vivem nessas praças, ou que vão viver na proximidade dessas praças, que sejam envolvidas não só para decidirem e participarem no processo de decisão do que se vai fazer nessa zona, como também poderem partilhar o que são as opções mais relevantes. E o que percebemos é que estas pessoas que se envolvem nestes processos têm uma opinião que, também, é bem fundamentada tecnicamente, e portanto, é uma mais-valia que a Câmara deveria

# DRAFT

aproveitar, devia ouvir e enriquecer os seus projetos. E portanto, a democracia participativa não se faz, apenas, a propagandear o Orçamento Participativo, nem a cumprir calendários com consultas públicas. A democracia participativa faz-se ouvindo as pessoas, envolvendo-as e, sobretudo, tomando as suas opiniões em consideração quando se decide.-----

----- É pena que, neste caso, não esteja a ser assim, esperemos que a Câmara ainda vá a tempo de o corrigir.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** corrigiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- Apenas corrigir aquilo que foi, com certeza, um lapso, foram quase três centenas de subscritores, e não três dezenas como referiu. -----

----- Vamos prosseguir.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde, Senhora Presidente, Mesa, colegas Deputados e, também, aos Peticionários. -----

----- Em relação à praça que vai ser construída “Uma Praça em Cada Bairro”, em Sete-Rios, o MPT levanta algumas reservas, a maior parte delas aqui expostas, também, por outras forças políticas. E a principal reserva é a diminuição, pelo menos para já, enquanto não houver o parque subterrâneo e quando houver o parque subterrâneo também não sabemos se contemplará todos os lugares de estacionamento que, atualmente, são selvagens, e que têm de ser ordenados, mas todos os lugares de estacionamento, já que a Praça de Sete-Rios, atualmente, serve mal, é verdade, mas que serve como um parque de estacionamento para quem vem trabalhar para Lisboa e utiliza, a partir daí, os transportes públicos.-----

----- Qual é a solução que vai ser dada a isso? Isso não foi estudado, não foi falado, e também não conseguimos perceber qual foi o objetivo. -----

----- O segundo objetivo, também, não conseguimos perceber é o porquê de retirar a afluência do tráfego que existe, atualmente, com diminuição de faixas. É verdade que vai haver menos carros em simultâneo, mas eles vão ter que ficar em algum lado já que não há projetos a montante maiores, que permitam que os carros que, atualmente, utilizam a opção de Sete-Rios passarão a entrar em Lisboa de outra forma, ou utilizarão outras formas de chegar a Lisboa.-----

----- Os tais parques periféricos continuam por definir e por construir. -----

----- A rede de transportes públicos não há projetos que contemplem todas estas alterações que estão a ser feitas, tanto ao nível das várias obras como o Eixo Central, como a Segunda Circular, estão a alterar extraordinariamente a forma de circular, em Lisboa, sem um estudo aprofundado sobre a melhoria dos transportes públicos. -----

----- A outra situação que, também, não entendemos é a colocação, ou o aumentar de transportes públicos ao nível dos transportes da periferia urbana, para este local do centro da cidade. Se acham que é uma praça em cada bairro e se acham que é um sítio onde os caros não devem entrar, então porque é que vão entrar os transportes

## DRAFT

públicos? Arranjem outras alternativas que seriam mais viáveis, mas na periferia com bom acesso aos transportes públicos. -----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

-----“Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Não acho que, neste caso, se aplique a “defesa da Câmara”. -----

----- Quero cumprimentar, em primeiro lugar, os Senhores Peticionários, dizer que qualquer forma de participação, para a Câmara Municipal, é uma forma útil e prestável para melhorar os projetos que temos em curso. Já demos mostras em projetos tão relevantes como o Eixo Central e a Segunda Circular, que os projetos que a Câmara apresenta são passíveis de serem alterados, e nós estamos preocupados e concentrados no foco que é melhorar o espaço público, e se eu bem entendi a intervenção da representante dos peticionários, foi que entendiam, que fazia sentido melhorar o espaço público naquela zona de Sete-Rios, Praça Humberto Delgado. -----

----- Dizer que, efetivamente, a Câmara fez um esforço no sentido de responder às questões que estavam na petição, foi, agora, no relatório da comissão, entendido que havia questões que mereciam maior aprofundamento do ponto de vista da Câmara Municipal, que nós, imediatamente, nos disponibilizamos para aprofundar as respostas nas matérias que a comissão entender que necessita de esclarecimentos adicionais, como estamos perfeitamente disponíveis para responder as todas as outras questões que não foram colocadas nesta petição, que nós ouvimos, aqui, algumas, e outras que se lembrem, entretanto de colocar, porque o nosso objetivo, como é óbvio, é esclarecer todas as questões e mais alguma que possa surgir, em relação a estes projetos. O nosso objetivo, como é óbvio, não é enganar em relação ao projeto que queremos apresentar, nem estamos fechados em melhorar os projetos se eles forem passíveis de serem melhorados. -----

----- Dizer que não vai ser, com certeza, por falta de discussão pública que as pessoas que têm questões ou sugestões para melhorarem o projeto, não podem apresentar. Agora, como em tudo na vida, não temos todos que concordar com tudo, nem temos que ser acríticos em relação às propostas que nos fazem. -----

----- Portanto, nós temos ideias muito concretas em relação à melhoria do espaço público. Há matérias que são difíceis de conciliar porque já lá está um terminal rodoviário, porque efetivamente, é difícil de conciliar, de libertar espaço público num terminal rodoviário que já lá está, mas daí o facto de ser difícil de conciliar não significa que nós achamos que só nós somos capazes de apresentar propostas para resolver problemas difíceis. -----

----- Portanto, reiterar, responderemos a todas as questões que a comissão tem, solicitou que a Câmara aprofunde, e que iremos ao encontro das recomendações que a comissão apresenta, como sempre o fizemos em outras matérias, aqui, em outras petições, e outros projetos. -----

----- E dizer que vale a pena o esforço dos peticionários, e a discussão não termina com a apresentação desta petição, porque a Câmara está disponível para manter as

# DRAFT

reuniões com os peticionários e com os moradores daquela zona, como o está a fazer em relação a outros projetos, como é o caso do Eixo Central, onde temos reuniões permanentes com os moradores. -----

----- Importante é não desistir deste processo de qualificação de espaço público. É esse o nosso objetivo, foi por isso que propusemos “Uma Praça em Cada Bairro”. E ao contrário do que alguns Deputados aqui disseram, a Câmara não está preocupada com medidas eleitoralistas, a Câmara está preocupada em cumprir com o seu programa de governo para a cidade. -----

----- Muito Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada Senhor Vice-Presidente. -----

----- Pego na sua palavra, a Câmara não desiste do projeto “Uma Praça em Cada Bairro”, e eu penso que, também, os cidadãos não devem desistir de participar nas decisões da Câmara, e assim, fazer com que as decisões possam ser melhoradas. -----

----- Eu gostaria antes de pôr à vossa votação a Recomendação nº 2/108, apresentada pela 3ª Comissão, sobre esta matéria, apenas lembrar que há declarações do Senhor Presidente da Câmara bem recentes e o Senhor Vice-Presidente não fez alusão a isso, e que segundo essas declarações, este projeto não está em condições de avançar já, e nem avançará antes de 2017. Portanto, vamos ter tempo para analisar as coisas com o cuidado que elas merecem, com tudo aquilo que foi aqui invocado, e temos que continuar a acompanhar este processo que é de uma grande complexidade, não desistir de requalificar a praça, mas fazer o trabalho prévio que é necessário ser feito. -----

----- Vamos pôr à consideração dos Senhores Deputados a **Recomendação nº 2/108**. Não vejo pedidos de palavra. A Mesa vai pôr à votação a **Recomendação nº2/108**, apresentada pela 3ª Comissão Permanente, sobre esta petição. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND. A **Recomendação nº2/108** foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- Terminámos, por agora, esta discussão mas, certamente, voltaremos até porque há questões que ficaram por esclarecer e que vão ter de continuar a ser acompanhadas.

----- De qualquer maneira, a apresentação que foi feita em nome dos peticionários, será colocada no site e distribuída aos Senhores Deputados para poderem ter presentes as questões que foram, aqui, suscitadas, e se quiserem retomá-las a todo o tempo o poderão fazer. -----

----- Vamos, agora, à apreciação da **Petição nº 16/2015**, que é uma petição *Pela Garantia à Acessibilidade na Estação de Comboios de Benfica*, que foi apresentada com novecentas e oito assinaturas, já deu entrada no ano passado e demorou mais a sua apreciação porque a 8ª Comissão Permanente entendeu fazer uma série de diligências concretas para tentar resolver a questão, que é uma questão grave. -----

----- Eu tenho aqui a indicação que é a Senhora Ana Cristina Antunes que usará da palavra, penso que já vem a caminho do microfone, e vamos então ver o que temos a ouvir por parte dos peticionários, e depois a relatora da 8ª Comissão, que foi a Senhora Deputada Cláudia Madeira, a quem eu, desde já, peço que se prepare para, depois, fazer uma apresentação do seu relatório muito detalhado, que fez. -----

# DRAFT

----- Se faz favor.” -----

----- **PONTO 3 – APRECIACÃO DA PETIÇÃO 16/2015 – PELA GARANTIA DO DIREITO À ACESSIBILIDADE NA ESTACÃO DE COMBOIOS DE BENFICA, NOS TERMOS DA PETIÇÃO E AO ABRIGO DO ARTIGO 85º DO REGIMENTO; 1,5XGRELHA-BASE – 51 MINUTOS A QUE ACRESCEM 10 MINUTOS PARA OS PRIMEIROS SUBSCRITORES;** -----

----- (A **Petição nº 16/2015** fica anexada à presente Ata, como **Anexo IV** e dela faz parte integrante). -----

----- (O **Parecer** da 8ª Comissão Permanente de Mobilidade e Segurança fica anexado à presente Ata, como **Anexo V** e dela faz parte integrante). -----

----- (A **Recomendação nº 4/108 – 8ªCP** - fica anexada à presente Ata, como **Anexo VI** e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Ana Cristina Antunes** Representante dos Peticionários, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Municipais. -----

----- Dirijo-me à Assembleia Municipal de Lisboa na qualidade de representante da Associação de Moradores do Bairro do Calhariz de Benfica, bairro que se situa contíguo ao lado sul da linha de comboios, junto à Estação de Benfica. -----

----- No passado dia dezassete de Dezembro de 2015, fizemos uma exposição a esta Assembleia, sobre a falta de acessos à Estação de Comboios de Benfica, lado sul, relatando o problema que impedia a população do Bairro do Calhariz de aceder aos serviços públicos da freguesia, transportes públicos designadamente, autocarros, táxis e comboios, para os mais de mil moradores do Bairro do Calhariz em Benfica, localizados no lado norte da linha de comboio. -----

----- Nesse mesmo dia, procedemos à entrega de uma petição sobre este problema. ----

----- É com satisfação que tomámos conhecimento da boa aceitação da nossa petição e dos trabalhos subsequentes desenvolvidos pela 8ª Comissão. Como resultado desse trabalho, foi ontem, dia vinte e três de maio de 2016, inaugurada a solução provisória que foi acordada entre as entidades envolvidas no processo. Esta solução, ainda que não a ideal, como são, normalmente, todas as situações provisórias, permite desbloquear o problema e conceder, de imediato, o acesso da população com mobilidade condicionada à freguesia.-----

----- Queremos agradecer a todas as forças políticas, às pessoas e entidades que se envolveram na resolução deste problema, em especial à Dr.ª Inês Drummond, Presidente da Junta de Freguesia de Benfica, pelo seu empenho nesta causa. Sem a sua ajuda, certamente, não teríamos conseguido estes resultados em tão curto espaço de tempo, pois era um problema que se arrastava há mais de dez anos.-----

----- Apelamos para o escrutínio desta Assembleia, e em particular da 8ª Comissão para que a solução final encontrada seja, efetivamente, implementada e dentro do prazo acordado. -----

----- Muito obrigada e um bem-haja a todos.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu o seguinte:-----



# DRAFT

----- “Muito obrigada pela sua intervenção, pela notícia que nos trouxe que já há uma solução provisória, não resolve tudo mas prova que, de facto, as petições são importantes porque, às vezes, permitem desbloquear situações e fazer convergir energias para resolver situações, e vamos dar a palavra a vários Senhores Deputados que estão inscritos.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** na qualidade de relatora do parecer da 8ª Comissão Permanente de Mobilidade e Segurança e, simultaneamente, em representação do Grupo Municipal do Partido Ecologista “Os Verdes”, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu farei intervenções separadas.-----

----- Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhores Presidente em exercício, Senhores Vereadores, Senhores Deputados e Senhores Peticionários. -----

----- Em relação à apresentação do parecer da Petição nº 16/2015, esta petição deu entrada na Assembleia Municipal e foi apreciada pela Comissão Permanente de Mobilidade e Segurança.-----

----- Tal como tivemos oportunidade de ouvir na apresentação da Represente dos Peticionários, a petição expõe o problema existente que se arrasta há vários anos, na Estação Ferroviária de Benfica, que consiste em não haver no lado sul, desta estação, uma alternativa às escadas que têm quarenta degraus o que dificulta o acesso dos cidadãos, tanto para acederem à estação, como para acederem ao lado norte, onde se concentram os serviços e o comércio da freguesia. -----

----- A petição refere, ainda, que já foi possível aceder à estação através de um portão, entretanto encerrado devido à instalação de controlo de bilhética, portão esse que poderá ser aberto mediante pedido com uma semana de antecedência. E faz referência aos transtornos que toda esta situação tem criado. -----

----- No parecer é apresentado um enquadramento sobre a promoção da acessibilidade, condição essencial para o exercício de um conjunto de outros direitos, refere a Constituição da Republica Portuguesa, devendo o Estado garantir a promoção do bem-estar, da qualidade de vida e assegurar os direitos das pessoas com necessidades especiais, assim como o Decreto-Lei nº 163/2008, que determina que a promoção da acessibilidade constitui um elemento fundamental na qualidade de vida das pessoas. ---

----- O parecer faz, também, alusão ao Plano Nacional de Promoção de Acessibilidade e ao Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa. -----

----- Apresenta um levantamento dos antecedentes desta petição, nomeadamente, um abaixo-assinado, uma ação de protesto, recomendações na Assembleia Municipal e na Assembleia de Freguesia, e uma pergunta ao Governo.-----

----- A 8ª Comissão considerou que para uma apreciação mais abrangente, seria importante fazer uma visita à estação e realizar um conjunto de audições. Assim, a Comissão promoveu esta visita, assim como audições aos peticionários, à Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Benfica, e a Representantes da Câmara e de Infraestruturas de Portugal. Após estas audições, e uma vez que havia algumas dúvidas sobre soluções a implementar e respetivos prazos, foi feita uma nova audição à Câmara, Infraestruturas de Portugal e CP. -----

## DRAFT

----- A Comissão foi informada que as entidades haviam chegado a um acordo relativamente à solução definitiva que passaria pela instalação de um elevador, com os encargos da instalação a serem assumidos pela Infraestruturas de Portugal, e a manutenção ficaria sob a responsabilidade da Câmara. -----

----- Ao nível de prazos, referiram-nos três meses para a contratação de projeto e concurso público e, após isto, um ano até à conclusão da obra. -----

----- Relativamente à solução provisória, para dar resposta imediata ao problema da acessibilidade, depois de novas diligências e de mais uma reunião técnica, no local, com os representantes das várias entidades e alargada aos vários Deputados da Comissão, ficou definido que a solução passaria pela instalação de um dispositivo de controlo de abertura com código no portão, a implementar pela Juntam, ou pela Câmara, sabendo-se, *A posteriori*, que seria a Junta de Freguesia a responsável pela sua implementação. -----

----- Com esta solução, a CP disponibilizaria trezentos cartões de acesso à estação, disponibilizando mais caso seja necessário. -----

----- Na sequência do debate, em sede de Comissão, e após todas as iniciativas por parte da Comissão, conclui o parecer a importância e a pertinência da Petição nº 16/2015, e da reivindicação do direito à acessibilidade na Estação de Benfica, além de reconhecer a necessidade de se garantir o direito à mobilidade dos moradores do Bairro do Calhariz. -----

----- O parecer inclui, ainda, recomendações à Câmara que os membros da 8ª Comissão consideraram fundamentais para o cumprimento do direito à acessibilidade e à mobilidade, e com vista ao devido acompanhamento do processo no sentido de dar continuidade às diligências que tem realizado junto das Infraestruturas de Portugal e da CP para a instalação de uma solução de acesso a partir da entrada sul da estação, o elevador que foi a solução apresentada pelas entidades, diligenciar para que se implemente, com caráter de urgência, a solução provisória até que a solução definitiva esteja implementada, informar a Assembleia Municipal, num prazo de três meses, sobre a evolução dos trabalhos desenvolvidos e respetivo ponto de situação. -----

----- A Comissão propõe, ainda, que as Infraestruturas de Portugal e a CP implementem com a máxima celeridade possível a solução definitiva de acessibilidade à Estação Ferroviária, considerando os interesses manifestados pelos peticionários, e contribuindo para o cumprimento do direito à mobilidade por parte de quaisquer cidadãos. -----

----- Por fim, dizer, ainda, que a 8ª Comissão acabou por trabalhar este assunto mais tempo do que aquele que estava, inicialmente, previsto, devido às diligências que entretanto, entendeu, serem necessárias diligenciar, e por considerar que seria positivo um acompanhamento mais próximo do problema até que a solução estivesse à vista, como sucedeu, obviamente dentro daquelas que são as competências próprias da Comissão. -----

----- E foi esta a apresentação do parecer, passaria, agora, à intervenção em nome da bancada do Partido Ecologista “Os Verdes”. -----

# DRAFT

----- Em primeiro lugar, o Grupo Municipal do Partido Ecologista Os Verdes saúda esta petição e os seus subscritores, que alertaram para a necessidade e a urgência de ser garantido o direito à acessibilidade na estação ferroviária de Benfica. -----

----- De facto, esta petição que agora apreciamos em plenário reflete um problema que se arrasta há anos. Apesar de inúmeros alertas, apesar de todas as denúncias e diligências ao longo do tempo, não houve, até agora, propriamente vontade para resolver o problema que impede que os moradores, principalmente os moradores com mobilidade reduzida ou condicionada, consigam aceder em condições à estação e ao resto da freguesia de Benfica, situada a norte da estação, onde se encontra a maioria dos equipamentos, serviços e transportes. -----

----- A verdade é que desde a construção da estação que não existe um verdadeiro acesso dos moradores do Bairro do Calhariz de Benfica, que têm estado limitados na sua capacidade de deslocação, o que piorou bastante a partir do momento em que foram colocados os controlos de bilhética e o portão usado até então foi encerrado. É certo que estava prevista a abertura do portão mediante o aviso com uma semana de antecedência, o que não era minimamente exequível nem aceitável. -----

----- Ou seja, como não foi acautelada a acessibilidade à estação e ao lado norte da freguesia através da estação, e como não havia outra alternativa, estes cidadãos têm estado privados do seu direito à mobilidade e à acessibilidade, causando grandes transtornos. O que é inconcebível, principalmente numa altura em que há tanta legislação nesse sentido, tantos planos e programas, tanta sensibilização e onde devia imperar o bom senso, porque falamos dos direitos e da vida das pessoas. -----

----- A partir do momento em que há uma barreira arquitetónica e que subir e descer mais de 40 degraus é a única alternativa, estamos perante um grave atentado à qualidade de vida das pessoas. -----

----- Obviamente, sabemos duas coisas. Uma é que não se trata de um equipamento da Câmara Municipal de Lisboa, outra é que a Infraestruturas de Portugal e a CP já deviam ter providenciado uma solução há muito tempo. Contudo, o município não poderia, nunca, estar alheio e deixar de se envolver e de se empenhar na resolução deste problema. -----

----- Aliás, chegou a haver recomendações aprovadas sobre esta matéria no sentido de haver diálogo e uma negociação entre as várias entidades envolvidas, e foi isso que acabou agora por suceder. É caso para dizer que os órgãos autárquicos deviam dar mais atenção e implementar as deliberações aprovadas, em tempo útil, porque até foi possível encontrar soluções cuja execução não parece apresentar grandes dificuldades técnicas. -----

----- Perante as soluções definitiva e provisória entretanto definidas, portanto o elevador e o sistema de abertura do portão, para Os Verdes não pode haver nenhum aspeto – quer seja falta de vontade, receio de perder receitas com a bilhética ou outro qualquer - que se sobreponha ao direito à acessibilidade e mobilidade por parte dos cidadãos, que não têm responsabilidade nenhuma nesta situação. Se estamos perante um obstáculo, as entidades responsáveis devem fazer um esforço para o eliminar e não prolongar esse problema. -----

# DRAFT

----- Referir ainda que a abertura do portão através do dispositivo com código é uma solução provisória e que a plena acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida ou condicionada só será resolvida com a construção do elevador, pelo que no nosso entendimento, as autarquias locais, a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Benfica, devem prosseguir as diligências junto da Infraestruturas de Portugal para garantir a resolução definitiva deste problema.-----

----- No fundo, o que os subscritores desta petição pretendem é que o problema da acessibilidade e da mobilidade na estação ferroviária de Benfica seja, de vez, resolvido e da melhor forma, e no entendimento do PEV com toda a razão, porque, em pleno século XXI, depararmo-nos com uma situação destas e durante tanto tempo é completamente inaceitável.-----

----- E é exatamente por isso que, por parte de Os Verdes, é absolutamente reconhecida a pertinência desta petição, consideramos positivo que o processo com vista à resolução deste problema esteja finalmente a avançar e consideramos também imprescindível que a Assembleia Municipal de Lisboa, a 8ª Comissão em concreto, acompanhe de perto a evolução dos trabalhos.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.-----

----- Temos, agora, vários Senhores Deputados inscritos.-----

----- Pelo que eu me apercebi da intervenção da Senhora Deputada Cláudia Madeira, há uma pequena retificação no último parágrafo da recomendação, porque falavam, aqui, da solução provisória e definitiva, e passasse a falar só da solução definitiva uma vez que a provisória já está em curso. Entendi bem? Ou mantemos como está? Penso desculpa, Senhora Deputada, é só para que possa entender se temos que fazer uma retificação à recomendação, ou não.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** respondeu:-----

----- “Eu posso fazer chegar as recomendações, porque penso que foi distribuído ...-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** respondeu o seguinte:-----

----- “Não. A recomendação foi distribuída e decalcada no vosso parecer, rigorosamente. Mas a Senhora Deputada, agora, quando falou, falou na solução definitiva, omitiu a solução provisória uma vez que ela já está. Eu pergunto se vale a pena referir a solução provisória na recomendação, ou não?-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** respondeu:-----

----- “Como recomendação não. Mas deixe-me só ...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu o seguinte:-----

----- “Pronto, era essa a minha questão.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sara Goulart (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Caros Vereadores, Caros Deputados, Caros Cidadãos, Caros Peticionários.-----

# DRAFT

----- No contexto da apreciação da Petição nº 16/2015, *Pela Garantia do Direito à Acessibilidade na Estação de Comboios de Benfica*, do parecer da 8ª Comissão e da Recomendação nº 4/108, o Grupo Municipal do BE deseja saudar os peticionários que ao abrigo do direito de petição desenvolveram esforços para a solução de um sério problema que em tanto condiciona a vida dos moradores do Bairro do Calhariz, limitando-lhes a mobilidade e o acesso. -----

----- Achamos inadmissível que um tão importante interface não respeite as regras de acessibilidade, e que a Infraestruturas de Portugal, tendo criado um problema de acessibilidade, não o tenha, prontamente, resolvido, arrastando o mesmo por tempo indeterminado. -----

----- Esperamos que todas as diligências propostas no parecer da recomendação que vem hoje, a Plenários, sejam aprovadas por esta Assembleia, e efetivamente, desenvolvidas. -----

----- Não é demais sublinhar a urgência da resolução do problema, nomeadamente, nesta solução provisória, a alternativa enquanto não estiver realizada a solução definitiva. -----

----- Muito Obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente. -----

----- Queria também, saudar especificamente, os peticionários porque meteram mãos e pés ao caminho para resolverem os seus problemas, e darem-nos a conhecer o seu problema. Efetivamente, um problema que tinha décadas sem solução, e acabou por ser resolvido aqui com a ajuda da Assembleia Municipal de Lisboa e, neste caso, da 8ª Comissão. -----

----- Eu gostava que este exemplo, desta petição, em especial, pudesse servir de exemplo a todos nós. -----

----- Muitos de nós podemos constatar que a diferença entre mais uma semana de empenho, ou menos uma semana de empenho, pode fazer toda a diferença na satisfação dos interesses dos cidadãos. -----

----- Constatamos, também, que existe uma linha ténue entre aquilo que são as competências da Assembleia Municipal e das Comissões, e aquilo que, teoricamente, poderão não ser essas competências. -----

----- E portanto, eu incentivo todos os Deputados que façam a interpretação mais lata possível, para que a solução para os interesses das populações saia sempre favorecida. -----

----- E por isso, congratulo, em especial, para além dos peticionários, também, os membros da 8ª Comissão que puderam resolver um problemas que tinha décadas sem solução. E, na prática, viu-se que a solução era bem simples, era apenas, necessária boa vontade. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhora Secretária, Senhores Vereadores, Caros Colegas. ---

# DRAFT

----- O PSD revê-se totalmente, na última intervenção, ou seja, na intervenção do Senhor Deputado Miguel Santos, do PAN. De facto, este é um exemplo da importância que tem a petição, e é um exemplo da importância que pode ter a Assembleia Municipal e, naturalmente, as suas Comissões. É um exemplo que nos dá muita força, nos dá muito empenho e nos dá vontade de continuar a pugnar pelo interesse daqueles que são os mais prejudicados, ou necessitados, por qualquer razão. -

----- De facto, este era um problema aparentemente, simples, mas era muito complicado para as pessoas que viviam num dos lados da linha, era complicado principalmente para aquelas que não tinham capacidade de mobilidade para se deslocarem dezoito, ou trinta degraus, que medeiam entre a superfície e a plataforma. E isto, afinal, parecia um caso tão difícil, tanto anos em que as entidades responsáveis, nomeadamente, as Infraestruturas de Portugal e a CP, não tinham resolvido, e com o empenho dos peticionários, em primeiro lugar, a quem saúdo, com o empenho da 8ª Comissão, e eu aqui saúdo o Senhor Presidente João Pinheiro, com o empenho de todos os membros da Comissão e depois, mais uma vez, em cooperação e integradamente, que é uma das coisas que é importante que esta Câmara e que esta Assembleia entenda, e já foi referido isso na intervenção anterior, integradamente, reunindo todas as entidades que podem resolver o assunto, e que estão comprometidas e que têm interesse que esse assunto seja resolvido, foi o caso que aconteceu, com alguma dificuldade inicial, tudo se foi resolvendo, cada um assumiu parte da responsabilidades e, parece que a solução foi encontrada. Não pode ser encontrada a solução definitiva imediata, porque há que construir um elevador que possa servir essa necessidade, mas criou-se uma solução provisória e o assunto está em vias de ser encaminhado, ser resolvido. É isto que nos dá satisfação enquanto Deputados Municipais, é isto que nos deve dar alegria por estarmos aqui, e defendemos a cidade. -

----- Muito obrigado Senhores Peticionários, e acho que devem continuar a pugnar pelos vossos interesses.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhores Deputados Municipais.-----

----- Portanto, em primeiro lugar, e em nome do PCP uma saudação aos peticionários, autores desta petição pela garantia dos direitos à acessibilidade na Estação de Comboios de Benfica.-----

----- É sempre um direito que qualquer cidadão tem de fazer uma petição à Assembleia, de acordo com a lei, e é sempre com agrado que nós, realmente, verificamos quando este direito é utilizado e, neste caso, conduzido a bom termo, portanto, a respetiva petição.-----

----- A acessibilidade e a mobilidade é um direito humano, consignado na legislação de vários países, nomeadamente, em Portugal, e é fundamental a integração dos cidadãos, sobretudo, neste caso, o que estamos a discutir, com mobilidade reduzida, que não pode ser questionado por quaisquer barreiras arquitetónicas, como era o caso da Estação de Comboios de Benfica.-----

## DRAFT

----- Eu não vou fazer uma referência ao historial, pois já foi feito aqui, no parecer, que aliás, foi bastante exaustivo, nem das diligências que a 8ª Comissão fez para a resolução deste problema, penso que, realmente, foi um exemplo feliz de atuação que a Assembleia Municipal teve, apenas vou referir que é lamentável é que o assunto se tenha arrastado durante tantos anos, apesar de já ter havido abaixo-assinados e manifestações em anos anteriores. Este desprezo em relação aos interesses e às necessidades das populações, que infelizmente, por vezes, caracterizam algumas entidades é, realmente, lamentável que isto tenha acontecido aqui, em Lisboa, este caso em Benfica. Porque eu lembro-me que nós, por exemplo, logo no início deste mandato, 2013-2014, aprovámos o Plano de Acessibilidade Pedonal que, realmente, definia a estratégia, e ainda bem, em boa hora aprovámos este plano que definia a estratégia para promover a acessibilidade, em Benfica.-----

----- Portanto, congratulo-me pelos esforços desenvolvidos, quer pela população, quer pela Assembleia Municipal, nomeadamente, pela 8ª Comissão que, de facto, acompanhou esta situação e vai continuar a acompanhar porque penso que nenhum dos Deputados, os que trabalharam nisso, e os restantes aqui presentes, não queremos, realmente, uma solução que é neste momento provisória e que vai servir, enfim, enquanto solução provisória, que de facto, de algum modo se transforme em definitiva, isto mé, vamos como diz no parecer, vamos continuar a acompanhar o arrastar e a solução do problema para que esta solução definitiva venha a ser implementada e que, de facto, os moradores de Benfica tenham todos direito à acessibilidade e à mobilidade. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Drummond (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção com apresentação em PowerPoint: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente. -----

----- Em primeiro lugar, queria, obviamente, felicitar os peticionários e a Associação de Moradores do Bairro do Charquinho e todos aqueles que apoiaram e permitiram que, hoje, fosse um dia histórico para os moradores do Bairro do Charquinho, peço perdão, Bairro do Calhariz, peço perdão pelo lapso, o Bairro do Charquinho é outro bairro de Benfica, com outros problemas, outras patologias, não esta, seguramente. Portanto, felicitar os peticionários e a Associação de Moradores do Bairro do Calhariz, em Benfica, e a todos aqueles que apoiaram e permitiram que, hoje, fosse um dia histórico para os moradores do Bairro do Calhariz, que conquistaram o direito a aceder ao centro da freguesia e aos transportes públicos, um direito que há mais de dez anos, lhes tinha sido vedado. -----

----- Na análise das petições o nosso trabalho, enquanto Deputados, pode por vezes, ser muito ingrato. Aferimos, muitas vezes, a bondade das exigências dos peticionários, e produzimos um conjunto de recomendações que esperamos que venham a resolver os problemas que nos foram colocados, neste caso em particular, tivemos a oportunidade de fazer parte da história e, hoje, não estamos, meramente, a apresentar um conjunto de recomendações para a resolução do problema, hoje, estamos aqui a dizer que juntos, conseguimos, e que a esta hora os cidadãos com

# DRAFT

mobilidade reduzida conquistaram o direito de passar na Estação de Benfica, quer para aceder ao centro da freguesia, onde temos o comércio, os serviços, as escolas, os centros de saúde, e para aceder, também, aos transportes públicos.-----

----- Com esta petição conquistou-se a construção de um elevador num prazo máximo de doze meses e, provisoriamente, a abertura de um portão que dá acesso direto à plataforma.-----

----- Independentemente, de quem custou estas soluções, que no caso do elevador será a Infraestruturas de Portugal, no caso da manutenção do elevador será a Câmara Municipal de Lisboa que assumiu diga-se, aqui, também, assumiu a responsabilidade de garantir o atravessamento urbano e a mobilidade dos cidadãos na cidade, e no caso da solução provisória, foi a Junta de Freguesia de Benfica que colocou o dito sistema de acesso à estação, mas o que é relevante é que temos que festejar, aqui, hoje, que se resolveu um problema que cada vez mais, está a entrar na ordem do dia, a acessibilidade e a mobilidade são direitos sociais inalienável de todos os cidadãos.-----

----- É muito importante, também, aqui, realçar a latitude que nos foi concedida pela Presidente da Assembleia Municipal, e pelos Deputados da 8ª Comissão, para atrasar a emissão de um parecer em prol do alcance de uma melhor resolução do problema, acabando por este tempo de espera ser amplamente recompensado pela solução alcançada.-----

----- Um agradecimento muito especial aos peticionários porque se mobilizaram, porque não desistiram, e tiveram a capacidade de se organizarem numa série de ações que acabaram por trazer os seus frutos.-----

----- Uma palavra, também, especial ao Presidente da Assembleia de Freguesia, Ricardo Saldanha, que sempre apoiou todas estas iniciativas, e aos Deputados da 8ª Comissão que, percebendo a injustiça das reivindicações, procuraram ser interventivos na resolução do problema, exigindo a quem de direito, as resoluções, exigindo e discutindo as soluções, e que agora, se propõem ir acompanhando este assunto até à construção da solução final que é o elevador.-----

----- Juntos, conseguimos.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.-----

----- Senhores Deputados, a Mesa não regista mais intervenções, e sendo assim, o que temos, agora, à nossa consideração é a **Recomendação nº 4/108**, feita das conclusões do parecer da 8ª Comissão sobre a **Petição nº 16/2015**, não há nenhuma alteração ao texto, é exatamente como foi apresentado.-----

----- Estamos em condições de passar à votação da **Recomendação nº 4/108**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND. A **Recomendação nº 4/108** foi **aprovada por unanimidade e aclamação**.-----

----- Proponho uma salva de palmas porque, de facto, é um caso em que foi possível juntar esforços para obter resultados. Tomáramos nós conseguirmos o mesmo com as iniciativas dos cidadãos que aqui, nos chegam. E, de facto, tudo começou com a luta



# DRAFT

dos moradores e quando ela é bem conseguida, é para nós uma gratificação muito importante. -----

----- Vamos, agora, prosseguir. -----

----- Temos, agora, a **Petição nº 2/2016**, “*Por um autocarros que assegure o transporte de alunos entre a EB23 Luís de Camões e o Pavilhão do Casal Vistoso*”. ---

----- Eu tenho aqui a indicação que quem vai usar da palavra em representação dos peticionários é a Senhora Rita Gorgulho que já aí está. -----

----- Vamos ouvir.” -----

----- **PONTO 4 – APRECIACÃO DA PETIÇÃO 2/2016 – POR UM AUTOCARRO QUE TRANSPORTE OS ALUNOS ENTRE A EB23 LUÍS DE CAMÕES E O PAVILHÃO CASAL VISTOSO, NOS TERMOS DA PETIÇÃO E AO ABRIGO DO ARTIGO 85º DO REGIMENTO; 1,5XGRELHA-BASE – 51 MINUTOS A QUE ACRESCEM 10 MINUTOS PARA OS PRIMEIROS SUBSCRITORES;** -----

----- (A **Petição nº 2/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo VII** e dela faz parte integrante). -----

----- (O **Parecer** da 7ª Comissão Permanente de Cultura, Educação, Juventude e Desporto fica anexado à presente Ata, como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante). ----

----- (A **Recomendação nº 1/108 – 7ªCP** - fica anexada à presente Ata, como **Anexo IX** e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Rita Gorgulho** Representante dos Peticionários, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde. -----

----- Estamos, aqui, de novo porque a Assembleia Municipal irá hoje deliberar sobre a petição que pais, mães, encarregados de educação da EB23 Luís de Camões apresentaram em janeiro, deste ano, para que os nossos filhos, alunos desta escola, possam ter transporte para o Pavilhão Casal Vistoso, onde têm aulas curriculares de educação física. -----

----- Foi com alguma surpresa que nos apercebemos, no decorrer deste processo, e à medida que algumas notícias iam saindo na comunicação social, que havia quem achasse que a nossa pretensão era um capricho. -----

----- Foi, também, com alguma surpresa que soubemos que a Câmara Municipal de Lisboa tinha sido informada pela Direção da nossa escola que, e vou citar; “*A EB23 Luís de Camões dispõe de cacifos para guardar o material escolar e, assim sendo, os alunos podem levar apenas o material necessário à prática desportiva para o Pavilhão do Casal Vistoso*”. Basta ir ao Regulamento Interno da escola para perceber que os alunos estão proibidos de aceder aos cacifos fora dos intervalos e estão, inclusivamente, proibidos de entrar na escola fora do seu horário letivo. Por isso, alguns até poderiam lá deixar a mochila, mas só poderiam ir buscá-la no dia seguinte, o que não é viável para nenhum aluno. É por isso, falso que possam deixar os seus pertences nos cacifos. -----

----- Não nos podemos esquecer, também, que perto de 40% dos alunos do nosso agrupamento beneficiam da ação social escolar e para muitos, o pagamento de um

# DRAFT

aluguer que é exigido aos peais pelo uso desses mesmos cacifos é o suficiente para que estes não pudessem ser uma alternativa, mesmo que estivessem disponíveis. -----

----- Desde que recebemos a informação da Assembleia Municipal de Lisboa dizendo que a responsabilidade do transporte escolar não era do município, mas sim, do Ministério da Educação, que por duas vezes pedimos audiências ao Ministro, e por duas vezes a resposta que obtivemos foi o silêncio. Continuamos à espera. -----

----- Até compreendemos que esta é uma altura complicada para o Ministério com o final do ano letivo a aproximar-se e com todo o ruído à volta do financiamento dos colégios. Mas os nossos alunos da escola pública do centro de Lisboa continuam à espera e já vai para nove anos. -----

----- Esta escola não tem um pavilhão, um anfiteatro ou uma cantina digna desse nome, e a única liberdade de escolha que os nossos alunos têm é decidir se levam chapéu-de-chuva além das duas mochilas que carregam, obrigatoriamente, ou se usam capa para se protegerem do mau tempo, levando menos coisas nas mãos durante o quilómetro que têm que percorrer. -----

----- Não é um capricho que nos move, mas a vontade que seja cumprida a lei e que os nossos filhos deixem de ser ignorados e tratados como cidadãos de segunda. -----

----- Na primeira intervenção que, aqui, fizemos deixámos a pergunta no ar; se se tratassem de adultos ao invés de crianças, a serem sujeitos à obrigação de caminharem, no mínimo, um quilómetro, pelo menos duas vezes por semana, com 30% do seu peso às costas para poderem trabalhar? Se obrigassem os funcionários, ou os Deputados da Assembleia Municipal de Lisboa a fazê-lo para poderem cumprir com as suas obrigações, quantos não se revoltariam? E com razão. -----

----- Os nossos filhos são alunos da EB23 do centro de Lisboa continuam sem voz, e os adultos que os deveriam proteger acham que um transporte para evitar os cinco anos de trabalhos a que são, obrigatoriamente, forçados, é um capricho. -----

----- Se a Câmara Municipal de Lisboa decidiu que o pavilhão escolar onde praticavam desporto não tinha condições de segurança e que deveria ser demolido, agradecemos a sua demolição já que a mesma evitou que algum acidente pudesse acontecer, no entanto, no nosso ponto de vista, este assunto está longe de ser resolvido. -----

----- Ouvimos dizer, através da Agência LUSA, que o Ministério disse que os pais concordavam com esta situação já que no início do ano letivo assinavam um papel a concordar com a mesma. Além de lamentarmos o Ministério ter respondido à LUSA e não a nós, esclarecemos que assinamos o papel porque é informativo, porque não temos alternativa, assinamos o papel porque não temos outra escolha. Se a pergunta fosse; prefere que o seu filho vá a pé, ou tenha transporte para educação física? Temos a certeza que os pais optariam pelo transporte. Essa é, aliás, uma das razões para muitos encarregados de educação não colocarem esta escola como opção, vindos da primeira do mesmo agrupamento. -----

----- A realidade entre as duas escolas da Freguesia do Areeiro, EB 23 Filipa de Lencastre e a EB23 Luís de Camões, é chocante de tão diferente que é, e nós, enquanto pais, perguntamos legitimamente, porque é que todos que pagamos impostos, uns têm três pavilhões, auditório e duas cantinas, e outros nem transporte para fazer desporto

## DRAFT

têm, e são obrigados a andar à chuva e ao sol com pesos absurdos. Há cidadãos de primeira e segunda para o Ministério? Há municípios de primeira e segunda para a Câmara Municipal?-----

----- Têm sido oito anos de queixas silenciadas e de pais insatisfeitos que vêm os seus filhos a chegar a casa cheios de dores nas costas, e certos que mais tarde irão pagas o preço por esta falta de transportes. Não é um capricho que nos move, mas um zelar pela saúde dos nossos filhos e a certeza que o Estado tem meios para colmatar esta falha, que não acontece a mais nenhuma escola do centro de Lisboa. -----

----- O que pedimos à Câmara Municipal, hoje, é o mesmo que pedimos na nossa primeira audiência da petição que fizemos, que a autarquia assuma a sua responsabilidade e conjuntamente com o Ministério da Educação e direção da escola, resolvam este problema, fornecendo o transporte para que acabe este ano letivo o suplício que estes alunos têm sido sujeitos. -----

----- A Câmara Municipal vai continuar a fechar os olhos e deixar passar mais um ano letivo, ignorando o papel e o poder que têm neste assunto? -----

----- Em setembro próximo, os alunos de nove e dez anos, que irão iniciar o seu percurso no 2º ciclo, irão fazê-lo com condições dignas? Ou irão começar um novo ciclo de uma dura caminhada por mais cinco anos? Esperamos que os oito anos que já passaram sejam suficientes, e que 2016-2017, comece de forma diferente. -----

----- Pela nossa parte, Associação de Pais e Encarregados de Educação estamos absolutamente, disponíveis para nos sentarmos convosco e ajudarmos em tudo o que estiver ao nosso alcance para que este transporte se transforme numa realidade. É que esta não é uma situação de capricho, é uma situação de defender a saúde dos mais frágeis, dos que não têm voz, nem escolha. -----

----- Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigada Senhora Rita Gorgulho. -----

----- Esta matéria foi apreciada pela 7ª Comissão, que é a Comissão Permanente de Cultura, Educação, Juventude e Desporto, e a relatora é a Senhora Deputada Ana Gaspar que tem a palavra para apresentar o relatório e, suponho, que para fazer uma intervenção a seguir.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)** na qualidade de relatora do parecer da 7ª Comissão Permanente de Cultura, Educação, Juventude e Desporto e, simultaneamente, em representação dos Cidadãos Por Lisboa, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Cara Presidente, Secretários, e restantes, Vereadores, Deputados, Peticionários e restante público.-----

----- Relativamente à recomendação ora em apreço, ela vem, de facto, na sequência da nossa aprovação de uma recomendação inicial do BE, em que por sucessivas negociações, nós chegámos à conclusão que poderia haver, e deverá haver, as parcerias necessárias e cito; “*entre as escolas, o Ministério de Educação e a Câmara Municipal, para garantir o transporte na carrinha*”. -----

# DRAFT

----- O que está aqui em causa, de facto, é o aspeto que não cabe, realmente, à Câmara, ainda, mas não cabe neste momento porque as EB's23 não estão sob a tutela, nesta matéria, e nas outras, sob a tutela da Câmara Municipal de Lisboa, mas acreditamos que se houver uma parceria entre a Câmara Municipal, o Ministério de Educação e a Escola, este assunto se poderá resolver e acreditamos que não será difícil de o fazer. -----

----- Portanto, o parecer apenas diz, e esta recomendação propõe ao Plenário, e isto é de facto um reforço, a recomendação já feita, recomendar à Câmara que comunique a presente situação ao Ministério da Educação de modo a que esta entidade tome as devidas providências, e as devidas providências podem ser, ou o dizer que sim, que têm a carrinha e os meios necessários, ou então encetar com a Câmara Municipal o necessário protocolo para que possa ser a Câmara a fazê-lo.-----

----- Da parte dos Cidadãos Por Lisboa, esta é mais uma prova de como os dinheiros públicos têm de ser postos ao serviço do público. A rede pública de escolas, e esta escola é um particular caso, estão escola não tem de facto já, o seu Pavilhão Gimnodesportivo, está muito degradado, e o que nós acreditamos, e vou ser muito breve, é que se de facto as recentes medidas do Ministério de Educação para nós são um sinal de esperança, se de facto os dinheiros públicos forem alocados à rede pública de escolas, este e outros problemas, este é o mais premente, serão resolvidos porque haverá meios disponíveis para que a escola pública que serve o conjunto da população a que ela queira aceder, possa ter os ginásios, e possa ter os recursos que ela merece. --

----- Portanto, a livre escolha que nós todos temos de fazer é se queremos, de facto, que a nossa democracia siga um princípio base que é a educação universal para todos e todas que queiram usufruir dela, pelo que se trata de, mais uma vez, defendermos aquilo a que chamamos, enfim, o serviço público de educação que tem de ser o melhor possível para todos e para todas. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhora Vereadora, Caros Colegas, Excelentíssimos Peticionários. -----

----- Estavam a dizer à bocado, que eu estou de serviço. De facto, é com imenso prazer que eu venho aqui defender estas questões de interesse público. Tenho todo o gosto em fazê-lo, e fá-lo-ei todas as vezes que forem necessárias, porque este sistema da petição, de facto, é uma inovação e nós temos que nos orgulhar dela, e acho bem que todas as pessoas que sintam necessidade de o fazer, que o façam que serão recebidas de braços abertos por esta Assembleia. -----

----- Este caso é um caso bastante grave porque infere em duas questões: a Escola EB23 Luís de Camões não tem instalações desportivas, o que já é em si um problema grave, atualmente, uma escola destas não ter instalações desportivas para que os jovens possam fazer ginástica e atividade desportiva que, no fundo, são curriculares, não faz sentido. E há muito tempo que o pavilhão foi destruído há muito tempo que devia ser reconstruído para que esta situação não se verificasse. -----

# DRAFT

----- Depois, os jovens, e a escola, encontram uma alternativa no Pavilhão Casal Vistoso que fica, conforme foi aqui referido, a um quilómetro de distância. -----

----- E nós sabemos quem tem filhos e netos na escola sabe o que, atualmente, eles carregam às costas para irem para as aulas; as mochilas, os fatos de treino, os equipamentos, são mais de dez, quinze quilos que todos os dias eles carregam. E obrigar essas crianças a fazer este percurso, com este equipamento todo às costas é, de facto, um sacrifício que não se deve admitir, que não se deve deixar fazer a jovens ainda por mais em idades tão frágeis, pelo que é inadmissível. -----

----- Aquilo que é importante fazer é resolver este problema. -----

----- Disse, e muito bem, a relatora da 7ª Comissão, sobre esta perspetiva, Ana Gaspar, que isto basicamente, é um problema do Ministério da Educação na medida em que estas escolas estão sob a responsabilidade do Ministério da educação, e o Ministério da Educação é responsável em relação ao equipamento e em relação, no fundo também, àquilo que é atividade letiva dessas escolas. -----

----- Mas a Câmara é a Câmara de todos os municípios, a Câmara é a Câmara de Lisboa, é a Câmara dos lisboetas, e nós temos de fazer um esforço, como dizia à pouco o meu companheiro João Magalhães Pereira, temos que ter o ministério de influência, temos que ser, objetivamente, ministério de influência, ou magistério de influência, desculpem lá, magistério de influência junto do Ministério de Educação. E se calhar, recomendaria à Assembleia, ou recomendarmos que a Câmara o faça, ou a 7ª Comissão, uma audiência ao Senhor Ministro da Educação no sentido de lhe expor este problema, eventualmente, poderiam surgir outros, também necessários a serem expostos, mas para já expor-lhe este problema e tentar obter uma resposta. -----

----- Se os petiçãoários não foram ouvidos, nem recebidos, talvez a 7ª Comissão pudesse ser entendida de uma forma diferente e, provavelmente, o problema podia ser resolvido e este magistério de influência era assim, realizado. -----

----- É isto que faço apelo, reconhecendo que a Câmara em si própria, nas suas competências, não tem autoridade para esta matéria, mas pode ter muita influência, porque nós temos bastante poder, é preciso é saber exercê-lo. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Queríamos saudar os petiçãoários. -----

----- Esta é uma questão grave e, ao mesmo tempo, revela uma incúria imensa dos vários poderes centrais, são vários, que deixaram chegar a situações, escolas públicas, como esta, que tem quinhentos e cinquenta alunos, entre os nove e os quinze anos. O ginásio da escola foi demolido há oito anos, e passaram dois Governos por esta situação, e de facto as crianças...vale a penas lembrar o que é dito na petição; *“percorrem cerca de um quilómetro a pé, duas vezes por semana, em artérias com muito trânsito, à chuva e ao sol, carregando volumes que chegam a ser superiores a 30% do próprio peso, com mais 10% na mochila, já aumentam a probabilidade de terem problemas músculo esqueléticos. Exigem um autocarro à semelhança do que*

# DRAFT

*acontece nas escolas do 1º Ciclo, cumprindo as recomendações da legislação quanto a estas situações*”. São coisas extremamente, simples e, ao mesmo tempo tão complicadas e, portanto, a 7ª Comissão propõe que se recomende à Câmara que comunique a situação ao Ministério da Educação. Mas o Ministério da Educação tem conhecimento, com certeza, desta situação. É tutela da escola é o Ministério da Educação, é da sua responsabilidade. -----

----- A nós eleitos em Lisboa compete-nos analisar estas situações e tomar posição firme que é isso que esta Assembleia deve tomar, acompanhar este processo para que, de facto, seja resolvido em relação ao transporte, mas que seja resolvido sobretudo, em relação às instalações desportivas porque a prática cultural faz parte do desenvolvimento da cultura e do desenvolvimento humano, e não se pode negar a crianças e jovens as condições para que de facto possam desenvolver-se na sua complexidade e na necessidade para o nosso país. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. Saudar os petiçãoários. -----

----- Percebemos na discussão na Comissão e da apresentação dos petiçãoários que há uma responsabilidade de tutela, neste caso. Mas o que temos que perceber e olhar é que existe uma carência grave de transporte de cidadãos, crianças de Lisboa e que existe um sofrimento dessas crianças que não só é atual no momento em que se deslocam, como pode ser posterior, com repercussões na sua saúde no futuro. -----

----- E portanto, a Câmara Municipal de Lisboa pode fazer duas coisas; olhar para esta recomendação e abordar o Ministério da Educação e dizer-lhes que esta é a sua responsabilidade e que façam o favor de tratar do assunto, e encerrar o processo, lavar as suas mãos, ou pode, dando este primeiro passo, acionar, desde já, todos os mecanismos para criar o plano b, e o plano b é o plano que não vira a cara a estas crianças, é o plano que diz há um problema na cidade, há crianças que não têm equipamento desportivo na sua escola, que é do Ministério da Educação, é da sua responsabilidade, que têm de se deslocar para fazerem essa prática desportiva, pelo que temos de resolver o problema destes habitantes de Lisboa, pequenos habitantes de Lisboa que têm este grande problema. -----

----- Sabendo, à partida, que não somos nós, Câmara, Município, obrigados a resolver este problema, temos essa obrigação moral de o fazer. E se há um município que não responde a isto, então não responde ao mais essencial, por isso, apelamos a que a Câmara tome todas as diligências necessárias, abordando o Ministério da Educação, mas que avance já com o plano b que é o plano que resolve o problema da vida das pessoas.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Isto é um problema que o Partido da Terra gostava que nunca fosse discutido, que é o problema de não haver condições para o ensino. Se a prática desportiva é

# DRAFT

curricular, porque é que a escola não tem essas condições? Porque é que essas condições são fornecidas pela Assembleia Municipal, já que o 2º e 3º Ciclo são responsabilidade do Ministério da Educação? Porque é que tem de ser a Assembleia Municipal a fornecer o transporte? Deveria ser o Ministério da Educação. Aqui estamos perante uma falha do Ministério da Educação, ou dos vários Ministérios dos Governos que passaram. -----

----- O Problema tem de ser resolvido rapidamente. -----

----- Não é com a atribuição de um autocarro, porque quem tem essa responsabilidade, que é a Câmara Municipal de Lisboa, que o fará resolver, era meramente paliativo. Esse autocarro pode ser a Câmara de Lisboa a fornecer, mas terá de ser pago pelo Ministério da Educação que é quem tem, efetivamente, a responsabilidade do transporte com a responsabilidade de assegurar a prática desportiva, e não a Câmara Municipal de Lisboa, a esses dois graus de ensino. -----

----- O que eu peço é que a Assembleia Municipal continue os seus esforços e que, com o Ministério da Educação, resolvam rapidamente o problema com a construção de um novo pavilhão para a prática desportiva na escola em causa, pode ser no mesmo local, que fica à entrada da escola, ou noutra local, dentro do espaço da escola, mas que rapidamente, resolvam o problema. -----

----- Até lá, as soluções paliativas terão de ser pagas pelo próprio Ministério da Educação, e não pela Assembleia Municipal. -----

----- Obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Simonetta Luz Afonso (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Membros da Mesa, Senhores Vereadores, Senhor Vice-presidente, Caros Colegas, Imprensa e Peticionários. -----

----- Eu estou aqui como Presidente da 7ª Comissão e gostaria de deixar claro, principalmente em resposta ao Senhor Deputado Vítor Gonçalves, que a 7ª Comissão não costuma deixar cair este tipo de assuntos, muito menos, quando se trata de crianças e de uma situação que se arrasta há oito anos. Parece inacreditável, mas é verdade. -----

----- Na verdade, por exemplo, ainda há relativamente pouco tempo, pedimos uma audiência ao Senhor Ministro da Educação, no Governo anterior, e conseguimos que o Liceu Camões tenha as tão almejadas obras que esperou durante anos e anos, e agora foram aprovadas as obras, portanto, nós não costumamos deixar cair os assuntos, simplesmente, julgo que cada coisa tem o seu tempo. Esta é a primeira vez que fomos abordados sobre este assunto, tomámos esta posição, de facto, se a Câmara quiser, temporariamente, estabelecer um acordo com o Ministério da Educação para resolver o problema das crianças, será muito bem-vindo, mas nós não deixaremos de perorar se isto não se resolver, pediremos, obviamente, uma audiência ao Senhor Ministro da Educação para resolver o assunto. Mas julgo não ser necessário ir tão longe. Acredito que o Senhor Ministro da Educação, que chegou há pouco tempo, venha a ter conhecimento deste assunto e que o resolva, e a Câmara, temporariamente, se bem que não lhe compete, porque a Câmara não tem a tutela das escolas EB23, vai com

## DRAFT

certeza, porque são pequenos cidadãos de Lisboa pelos quais todos nós temos o maior respeito. -----

----- Se isto não se resolver, com certeza que a 7ª Comissão pedirá uma audiência ao Senhor Ministro e lhe lembrará as obrigações do Ministério da Educação e, principalmente, penso que, aqui, o ponto principal é não o transporte porque é uma coisa temporária, deve ser temporário, a coisa mais importante é construir um pavilhão para a escola. Mas isso compete ao Ministério da Educação, e agora com os novos fundos comunitários, certamente podem inscrever, tal como inscreveram o Liceu Camões para ter as tais obras que eram esperadas há anos, e que tinham ficado para trás, certamente um pavilhão gimnodesportivo é uma gota de água neste oceano dos custos da requalificação das escolas a que estas crianças têm direito. -----

----- Nós, numa primeira fase, tratamos os assuntos desta forma, numa segunda fase, se não ficar resolvido tal como aconteceu com o Liceu Camões, pedimos uma audiência, fomos ouvidos, e o assunto acabou por ficar resolvido, pelo que, fá-lo-emos, também, desta vez.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Vice-presidente da Câmara** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Quero agradecer aos Senhores Peticionários.-----

----- Referir que a Câmara Municipal tem, através da Senhora Vereadora Catarina Albergaria e no passado, também, insistido com o Ministério da Educação para a resolução deste problema. O Ministério da Educação infelizmente, criou este problema, porque este problema foi criado pelo anterior Ministério da Educação.-----

----- Agora, nem a Câmara Municipal desiste de pressionar o Ministério da Educação da construção do pavilhão, nem se demite da sua responsabilidade. Portanto, se as outras entidades, nomeadamente a Junta de Freguesia e o Ministério da Educação estiverem disponíveis, não é pela parte da Câmara que não será encontrada uma solução para as crianças.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigada Senhor Vice-presidente.-----

----- Penso que terminámos as nossas intervenções, e vamos pôr à vossa consideração a **Recomendação nº 1/108** que é a recomendação sobre a **Petição nº 2/2016**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND. A **Recomendação nº 1/108** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- Portanto, neste momento, o que fica deliberado é que a Assembleia recomenda à Câmara que sejam promovidas as parcerias necessárias entre a escola, o Ministério da Educação e a Câmara, para garantir transporte de carrinha adequado para as deslocações escolares obrigatórias.-----

----- Como a Senhora Presidente da 7ª Comissão bem disse, esta é apenas uma questão temporária que tem de ser resolvida rapidamente, a questão de fundo terá de ser uma nova diligência e exige mais esforço. Mas esta já seria um alívio para as crianças.-----



# DRAFT

----- Vamos passar à **Petição nº 4/2016**, sobre “*Vamos Salvar o Ateneu*”, a última petição de hoje. Tenho como representantes dos peticionários a Senhora Teresa Ferreira e a Senhora Liliana Escalhão, que vão apresentar uma projeção, creio eu. -----  
----- Esta petição teve mil e noventa e sete assinaturas e foi apreciada, também, pela 7ª Comissão, e o Senhor Deputado relator é o Deputado Sobreda Antunes, um relatório bastante circunstanciado, mas vamos, em primeiro lugar, assistir à vossa apresentação.” -----

----- **PONTO 5 – APRECIACÃO DA PETIÇÃO 4/2016 – VAMOS SALVAR O ATENEU, NOS TERMOS DA PETIÇÃO E AO ABRIGO DO ARTIGO 85º DO REGIMENTO; 1,5XGRELHA-BASE – 51 MINUTOS A QUE ACRESCEM 10 MINUTOS PARA OS PRIMEIROS SUBSCRITORES;** -----

----- (A **Petição nº 4/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo X** e dela faz parte integrante). -----

----- (O **Parecer** da 7ª Comissão Permanente de Cultura, Educação, Juventude e Desporto fica anexado à presente Ata, como **Anexo XI** e dela faz parte integrante). -----

----- (A **Recomendação nº 3/108** – 7ªCP - fica anexada à presente Ata, como **Anexo XII** e dela faz parte integrante). -----

----- (A **Recomendação nº 5/108** – apresentada pelo BE - fica anexada à presente Ata, como **Anexo XIII** e dela faz parte integrante). -----

----- **A Senhora Teresa Ferreira e a Senhora Liliana Escalhão** Representantes dos Peticionários, fizeram uma apresentação em PowerPoint, sobre o que se passa no espaço Ateneu Comercial de Lisboa, acrescentando o seguinte: -----

----- “Estamos aqui a defender a causa do Ateneu e não o nosso espaço no 1º andar.” --

----- Após o fim da apresentação do vídeo, referiram o seguinte: -----

----- “Agora, iremos mostrar os nomes de algumas empresas que existem e funcionam dentro do Ateneu, e que podem viabilizar tal como o 1º andar, a recuperação do Ateneu e o pagamento das suas dívidas; a Mexateca, a Stage 21, o Mopidium e alguns ateliers de artistas que funcionam lá dentro. -----

----- Ontem recebemos as recomendações apresentadas pela 7ª Comissão Permanente relativas à nossa petição, que consideramos demasiado vagas e sem efeitos práticos. Por isso, iremos apresentar aquilo que achamos que poderão ser as soluções viáveis e concretas. -----

----- A 7ª Comissão recomendou quatro, a primeira: -----

----- “*Mantenha os órgãos do Município ao corrente de novos desenvolvimentos e sobre o ponto de situação dos projetos de intervenção aprovados ou pendentes, que subsistam ativos para toda a área envolvente do SUOPG 6-Ateneu, e a sua tipologia*”.

A nosso ver, isto não quer dizer nada. Ir dando notícias, desresponsabiliza a Câmara Municipal de Lisboa das suas funções políticas, associativas e culturais no centro de Lisboa. -----

----- Queremos saber qual é a posição da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- A cidade precisa deste espaço no centro de Lisboa, ou não? Querem proteger o património, a sua história, a sua memória, ou não? -----

----- A segunda recomendação é a seguinte: -----

# DRAFT

----- *“Diligencie na preservação do património do antigo Palácio dos Condes de Povolide, onde se situam o Ateneu Comercial de Lisboa e a Cervejaria Solmar, na Rua das Portas de Santo Antão.”* -----

----- Isto já aconteceu no dia dezassete de março deste ano, em que a Câmara Municipal de Lisboa emitiu um ofício e o assunto: *“Intimação, Conservação e Reabilitação”*, onde intimam o administrador de insolvência a executar as obras necessárias à correção das deficiências descritas no auto de vistoria, e este auto é de janeiro deste ano. E no auto diz que o administrador de insolvência tem sessenta dias úteis para o início das obras, e nove meses para a sua conclusão. E isto não aconteceu. O administrador já está em incumprimento, e a Câmara Municipal de Lisboa não fez nada em relação a isso.-----

----- Temos os documentos em anexo para entregar à Mesa.-----

----- A terceira recomendação é a seguinte:-----

----- *“Acompanhe iniciativas tendentes à sua classificação patrimonial ou municipal, apoiando eventuais projetos que viabilizem uma reabilitação física e cultural do Ateneu Comercial de Lisboa.”* -----

----- A solução, a nosso ver, passa pela Câmara Municipal de Lisboa tomar a iniciativa de criar um concurso público, onde grupos de pessoas interessadas apresentem os seus projetos para a reabilitação física e cultural do Ateneu. -----

----- Como? Tornando este edifício, e esta situação, uma prioridade, constituindo um espaço municipal, onde a Câmara paga a dívida, ou adquire o imóvel, assumindo o seu direito de preferência. -----

----- A última recomendação é a seguinte:-----

----- *“Clarifique as medidas que tenciona tomar visando a salvaguarda do património e espólio do Ateneu Comercial de Lisboa, nomeadamente aquele que, por Estatuto da Associação, caberá à CML poder, eventual e transitoriamente, vir a salvaguardar.”* --

----- Não é clarificar, é exigir um inventário feito por um responsável da Câmara Municipal de Lisboa, onde sejam identificados os objetos que pertencem ao espólio do Ateneu para que este possa ser salvaguardado e, caso não seja possível, identificá-los. Colocar uma providência cautelar, que a nosso ver isto é muito importante, junto da Juíza do Tribunal de Insolvência, para que se apure o seu paradeiro e respetivos responsáveis pelo seu desaparecimento. Estamos a falar, nomeadamente, na cópia da primeira edição de *“Os Lusíadas”*, e a nosso ver não basta dizer que está num cofre, três candeeiros de cristal avaliados em mais de cem mil euros, uma biblioteca avaliada em cento e trinta mil euros, cadeiras e mesas da sala de direção avaliadas em mais de trinta mil euros. Nós queremos saber onde está este inventário.-----

----- A história do Ateneu, o Ateneu tem mais de cem anos de história, serviu a comunidade culturalmente, pode, e deve, continuar a fazê-lo. Nos anos setenta, chegaram a treinar no Ateneu dois mil atletas de catorze modalidades diferentes. Tem uma piscina olímpica, tem muitas salas de ginástica, tem dois campos de basquete e um deles, coberto, tem vários ginásios, tem salões nobres, já teve um inventário, e várias escolas, nomeadamente, a Universidade Sénior, e a Escola de Medicina Tradicional Chinesa.-----

# DRAFT

----- A cidade precisa de espaços como este, e a Câmara Municipal de Lisboa tem a obrigação de proteger este património, pois esta causa é uma causa pública. É essencial que a Câmara cumpra as suas obrigações para com o Ateneu, e fundamental para a cidade, que não deixe escapar uma oportunidade única de desenvolvimento cultural e desportivo no centro da cidade.-----

----- Uma arma essencial ao combate à desertificação no centro de Lisboa.-----  
----- Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigada nós, e cumpriram o vosso tempo de intervenção, colocando os problemas.-----

----- Resta-me apenas, acrescentar que para além da petição que foi apresentada na Assembleia Municipal, há também uma petição apresentada na Assembleia da Republica que está a ser acompanhada pela 13ª Comissão Parlamentar, é a Petição nº 63/13, e há além da recomendação da 7ª Comissão que nos foi enviada, nós recebemos hoje, mais uma recomendação, também, sobre o Ateneu apresentada pelo BE, que fiz distribuir por todos os Senhores Deputados, **Recomendação nº 5/108 – Proteger o Espólio do Ateneu Comercial de Lisboa** – e que nos seus pontos deliberativos pede três coisas, recomendar à Câmara:-----

----- “1 – *Que proceda a diligências com vista à classificação do património mobiliário do Ateneu Comercial de Lisboa como património móvel de interesse municipal, promovendo a sua inventariação e preservação, adotando todas as medidas preventivas necessárias a tal desiderato.*-----

----- 2 – *Que proceda a diligências com vista à classificação do Palacete dos Condes de Povolide, na Rua de Santo Antão como património imóvel de interesse municipal, promovendo a sua classificação e preservação.*-----

----- 3 – *Que adquira, designadamente através do exercício do direito de preferência, o Palacete dos Condes de Povolide, na Rua de Santo Antão.*”-----

----- Portanto, eu penso que é na Rua das Portas de Santo Antão, que é o nome da rua, faltam cá as portas, mas não é grave, apenas para vos dar conhecimento de que deu, também, entrada esta recomendação.-----

----- Posto isto, temos um parecer elaborado pelo Senhor Deputado Sobreda Antunes, a quem eu peço para fazer a apresentação do parecer da 7ª Comissão. É o Senhor Deputado relator, e depois temos, aqui, duas inscrições do Senhor Deputado Ricardo Robles, do BE, e do Senhor Deputado Modesto Navarro, do PCP.-----

----- O Senhor Deputado relator vai fazer a sua intervenção em representação do Grupo Municipal do Partido Ecologista “Os Verdes”, e depois fará no fim a apresentação do parecer da 7ª Comissão.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** na qualidade de relator do parecer da 7ª Comissão Permanente de Cultura, Educação, Juventude e Desporto e, simultaneamente, em representação do Grupo Municipal do Partido Ecologista “Os Verdes”, fez a seguinte intervenção:-----

## DRAFT

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, restantes Membros da Mesa, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Público, Jornalistas, Funcionárias. -----

----- Em primeiro lugar, o Grupo Municipal do Partido Ecologista “Os Verdes” gostaria de saudar esta iniciativa e as peticionárias que, com a presente petição, alertam para a necessidade de reabilitação do Ateneu Comercial de Lisboa, do qual são arrendatárias de um espaço onde vem funcionando o bar ‘Primeiro Andar’. -----

----- Instituição centenária em plena zona histórica, a coletividade foi fundada por um grupo de empregados do comércio a dez de Junho de 1880, localizando-se no antigo Palácio Povolide, na Rua das Portas de Santo Antão, paredes meias com a Sociedade de Geografia de Lisboa e o Coliseu dos Recreios. -----

----- Afirmam que pretenderam dar um novo fôlego naquele antigo espaço, promovendo artistas plásticos emergentes, músicos experimentais, atraindo turistas, tendo proposto aos sócios que beneficiassem de descontos. Serviam refeições às pessoas que passavam pela universidade sénior, pelo infantário e pelas aulas de dança, com programação musical e aulas de ‘lindy hop’ às terças ou sessões de poesia na última quarta-feira de cada mês. Dizem ainda que investiram cerca de 8 mil €, que os artistas apareceram, os turistas também, mas os sócios foram diminuindo, porque o Ateneu, que chegou a ter 2.000 atletas de 14 modalidades, entrara recentemente em insolvência. -----

----- Admitiu-se agora o seu eventual encerramento para um projeto imobiliário, uma das soluções encontrada pela administração de insolvência para este edifício histórico, quando, em meados de 2012, chegou mesmo a ser apresentado um plano que culminava num hotel temático com uma centena de quartos. Nada de transcendente para a CML. Num outro edifício ao lado, a vereação já aprovou, em finais de 2013, um hotel de cinco estrelas, com seis suites, oitenta e nove quartos e capacidade para cento e setenta e um hóspedes. -----

----- No histórico Palácio Povolide estão em causa 777 m<sup>2</sup> de área coberta e uns apetecíveis 8.280 de área total, que numa recente avaliação poderá ascender aos dez milhões de euros. Além do prédio, há logradouros e pátios que chegam à zona do Jardim do Torel e uma piscina de vinte e cinco metros parcialmente destruída, que a administração, ainda em Novembro passado, arrendou para receber eventos de música eletrónica. No rés-do-chão do mesmo Palácio localiza-se a recentemente classificada Cervejaria Solmar. -----

----- Consta que o paradeiro de algum espólio, que inclui mobiliário, taças e documentação, é parcialmente indeterminado, indicando um dos sócios mais antigos do Ateneu que eventuais ‘desvios’ não vêm de agora e que o valor dessas peças seria suficiente para resolver os problemas de tesouraria. A Câmara Municipal de Lisboa será também fiel depositária dos bens, caso se verifique incapacidade do Ateneu para deles tomar conta. De acordo com a administração da insolvência, existe uma recuperação homologada pelo juiz da comarca, que passa por um plano de viabilização, mas do qual não é dado nem conhecimento público, nem quaisquer

# DRAFT

pormenores a esta Assembleia Municipal. Também o inventário é totalmente desconhecido.-----

----- Fizeram, por isso, duas petições, uma à Assembleia da República, que já conta com mais de 7.400 assinaturas, e outra ao Município, para o edifício não ser alienado e ser preservado como espaço cultural. Na passada quinta-feira, dia dezanove de Maio, receberam uma indicação do advogado do Ateneu (Dr. José Motta Veiga), para que esvaziem o espaço até dez de Julho e entreguem as chaves no dia seguinte, de modo a agilizar a viabilização do processo de insolvência. -----

----- Por tudo isto, “Os Verdes” reiteram a nossa saudação às peticionárias por, através deste ato de cidadania, terem dado conhecimento à Assembleia Municipal de Lisboa das suas preocupações de ordem cultural e patrimonial, solicitando que a Câmara Municipal de Lisboa acompanhe e dê o seu apoio à urgente classificação do Ateneu Comercial de Lisboa e à sua reabilitação como coletividade virada para o serviço associativo, de que a zona da Baixa de Lisboa se encontra tão carenciada. -----

----- E é ainda, neste contexto, que a Assembleia Municipal de Lisboa conclui e recomenda à Câmara Municipal, o seguinte: -----

----- Considerando que o edifício que hoje alberga a sede do Ateneu Comercial de Lisboa é um dos mais notáveis das Portas de Santo Antão, constando da Carta de Património anexa ao Plano Diretor Municipal (lote 24.53), sendo justo referir-se que o Ateneu não tem merecido a atenção devida por parte da autarquia nas últimas décadas, pese embora terem sido feitos publicar em Diário da República os Termos de Referência de um Plano de Pormenor do Ateneu (DR - II Série, nº 25, Aviso nº 1804-O/2007, de 3/2/2007); -----

----- Considerando que de acordo com o ponto 6º, do artigo 89º dos Estatutos do Ateneu, na sua revisão de 10/12/1997, “*sendo dissolvido o Ateneu, os seus troféus, prémios, recordações, registos, livros, arquivos e demais património desportivo, cultural e histórico serão entregues à Câmara Municipal de Lisboa, como fiel depositária, mediante auto do qual constará a expressa proibição da sua alienação e a obrigação de serem restituídos ao Ateneu, se este voltar a constituir-se*”; -----

----- Considerando as expectativas geradas pelas propostas da Câmara Municipal de Lisboa ao longo da última década; -----

----- Considerando o anteriormente exposto, os Grupos Municipais e os Deputados Independentes da 7ª Comissão solicitam à Assembleia Municipal de Lisboa que, perante os argumentos contidos na Petição nº 4/2016 e as respostas obtidas tanto na Audição às peticionárias, como nas perguntas à vereação municipal, como pela visita efetuada, recomende à Câmara Municipal de Lisboa que:-----

----- 1. Mantenha os órgãos do Município ao corrente de novos desenvolvimentos e sobre o ponto de situação dos projetos de intervenção aprovados ou pendentes, que subsistam ativos para toda a área envolvente do SUOPG 6-Ateneu, e sua tipologia. ----

----- 2. Diligencie na preservação do património do antigo Palácio dos Condes de Povolide, onde se situam o Ateneu Comercial de Lisboa e a Cervejaria Solmar, na Rua das Portas de Santo Antão.-----

# DRAFT

----- 3. Acompanhe iniciativas tendentes à sua classificação patrimonial ou municipal, apoiando eventuais projetos que viabilizem uma reabilitação física e cultural do Ateneu Comercial de Lisboa. -----

----- 4. Clarifique as medidas que tenciona tomar visando a salvaguarda do património e espólio do Ateneu Comercial de Lisboa, nomeadamente aquele que, por Estatuto da Associação, caberá à CML poder, eventual e transitoriamente, vir a salvaguardar. -----

----- Mais se recomenda à Assembleia Municipal de Lisboa que dê conhecimento das presentes recomendações aos Peticionários, ao Administrador de Insolvência do Ateneu Comercial de Lisboa e à Assembleia da República (XIII Comissão que acompanha a Petição nº 63/XIII). -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Saudar os mil e noventa e sete peticionários que se juntaram em torno deste tema. -----

----- Já aqui, foi feito um resumo histórico mas eu gostaria de sublinhar que esta Associação “O Ateneu” vai fazer cento e trinta e seis anos a dez de junho próximo, foi fundado em 1880, teve como sócios personalidades que marcam a nossa história, como Teófilo Braga, Manuel de Arriaga, Rafael Bordalo Pinheiro, Angelina Vidal, Miguel Bombarda, Bernardino Machado e, tantos outros, que marcam a história deste país, desta cidade, da republica do século XX, e portanto são um património histórico que devemos preservar. -----

----- Há um espólio móvel muito valioso, não está, de todo inventariado, pelo que é muito vulnerável e deve, por isso, ser alvo da nossa atenção. -----

----- Concordamos com as recomendações que foram vertidas no parecer, mas achamos que é preciso ir mais além, atendendo à vulnerabilidade daquele património móvel e, também, aos apetites vorazes imobiliários que recaem sobre aquele edifício. -

----- É importante que a Câmara Municipal tenha uma visão em que olha para a cidade e quer propor espaços novos, de criação artística, residências para artistas, espaços novos de criação e, por isso, avançou há pouco tempo com uma proposta para Marvila, para a manutenção militar. Achamos que pode ser uma boa ideia, um bom projeto, mas não podemos pensar que podemos criar grandes centros de criatividade se não preservarmos aqueles que existem, atualmente. -----

----- E, neste momento, no centro histórico de Lisboa existe um património importante, que faz parte desta memória que vos falei, e que a Câmara deveria desenvolver todos os esforços para o preservar. -----

----- É certo que é difícil porque o património é privado, mas existem vários mecanismos e, por isso, fazemos propostas na nossa recomendação: -----

----- 1. A classificação do património imobiliário, a sua inventariação e a sua preservação; -----

----- 2. A classificação do palacete como património imóvel de interesse municipal; -----

----- 3. Caso se coloque essa possibilidade, e ela é elevada, de exercer o direito de preferência sobre aquele imóvel. -----

# DRAFT

----- É importante que o centro da cidade não seja, apenas, espaços hoteleiros, é preciso que haja mais do que isso. E para haver atividade que vá para além disso, é preciso que hajam espaços como este, multifuncionais, onde há atividade cultural, desportiva, de lazer, tantas quantas as descritas, aqui, pelas peticionárias. -----

----- Se há um esforço que deve ser feito pela Câmara Municipal de Lisboa é de fazer todas as diligências para que este património se mantenha de interesse público e não, privado. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Nós gostaríamos de lembrar, aqui, que este processo passa há anos pela Câmara Municipal, e a Câmara está, portanto, bem dentro deste assunto. -----

----- Aquando da aprovação do projeto unidade hoteleira em terreno contíguo à Sede do Ateneu Comercial de Lisboa, Proposta nº 863/2013, pronunciaram-se os Vereadores do Partido Comunista Português no sentido que não fosse a proposta considerada isoladamente, mas integrada com a valorização dos terrenos do Ateneu, tal como se transcreve na respetiva declaração de voto então apensa à ata da reunião de Câmara. -----

----- Os Vereadores do PCP votaram contra a Proposta nº 863/2013, que pretende que a Câmara delibere aprovar condicionado o projeto de arquitetura apresentado através do processo nº 99/EDI/2013, para o edifício sito na Rua das Portas de Santo Antão, nº 112-134, atendendo a que se perfilam fundamentadas dúvidas relativas à capacidade de proteger o desenvolvimento do dragoeiro existente. -----

----- Há a preocupação relativa ao processo do desaterro e conseqüente instabilidade da encosta, tem vindo a sofrer derrocadas. -----

----- Há as questões de acessibilidade à unidade hoteleira, nomeadamente, tomada e largada de passageiros, acessos de fornecedores e serviços de apoio à unidade em questão e, finalmente por entenderem que este processo deveria ser analisado conjuntamente com a questão dos terrenos do Ateneu, gerando uma solução integrada com benefícios para a cidade. -----

----- Posteriormente, e em face da gravíssima situação em que se encontra o Ateneu, e tendo em conta a responsabilidade da Câmara Municipal, quer por via da gestão da cidade, quer pelas que lhe são atribuídas pelo articulado dos estatutos do Ateneu, os Vereadores do PCP apresentaram um requerimento, procurando obter esclarecimentos que concerne à postura do Município relativamente a estas questões, requerimento esse acompanhado de intervenção em sessão de Câmara. -----

----- Fora esta atuação no âmbito das atribuições enquanto Vereador do PCP, Carlos Moura assumiu, em 2012, um pedido de classificação da Cervejaria Solmar parte integrante do edificado Ateneu Comercial de Lisboa, entregue à DGPC, e que teve seguimentos já este ano, com a classificação do mesmo, tal como consta do anúncio 76/2016, publicado em Diário da República nº 39. -----

----- Do ponto de vista dos Vereadores do PCP, este espaço nobre da cidade. Além de ser fundamental para a área verde permeável da cidade, é um repositório inestimável

# DRAFT

do ponto de vista arquitetónico e cultural, contribuindo decisivamente, aquando do seu funcionamento para diminuir o défice de equipamentos desportivos da cidade, e nesta área em particular. -----

----- Aquilo que nós gostaríamos de dizer nesta tarde de apresentação da petição, é que mil e noventa e sete peticionários são muito importantes e que a Câmara, de facto, deve rever o posicionamento que tem tido, e que deve analisar a história do Ateneu, deve analisar o que foi e que pode vir a ser o Ateneu que é uma instituição de utilidade pública por decreto de vinte e três de junho de 1926, a zona envolvente tem vários patrimónios classificados e, agora, o Ateneu está insolvente. Como é que chegou aqui? Qual é a quota-parte da Câmara na política de abandono do movimento associativo da cidade? Está aí a especulação imobiliária a afiar as garras, a Câmara tem há anos umas propostas para um hotel de luxo. -----

----- O Ateneu serviu a cidade, e pode ainda servi-la. -----

----- Há um estudo da Câmara Municipal que afirma que o Ateneu é recuperável. Deve a cidade defender o Ateneu para defender a sua identidade e futuro, e a Câmara tem, aqui, uma grande responsabilidade a assumir. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Rosa Carvalho da Silva (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, e demais pessoas presentes. -----

----- Eu, efetivamente, não pensava ter, hoje, aqui, uma intervenção mas atendendo a tantas imprecisões que foram aqui ditas, eu senti-me na obrigação de vir aqui falar. ---

----- Eu assisti à audição das Senhoras Peticionárias, que muito agradeço, pois alertou-nos para um problema que possivelmente, não o teríamos, ou não saberíamos. Mas daí, a 7ª Comissão fez todas as diligências que lhe foi possível, e pôr em causa um parecer e umas recomendações que foram analisados ao pormenor, atendendo a que nós tivemos reunião, fomos visitar o Ateneu, tivemos reunião com o Senhor Administrador. -----

----- Eu entendo que o processo de insolvência não é um processo fácil, é um processo que foge a todos os cânones, é um processo *sui generis*. E estão aqui alguns advogados, eu não digo propriamente juristas, porque juristas também pouco entendem sobre o processo de insolvência, mas com certeza que alguns advogados que aqui estão presentes nesta sala, saberão sobre isso. E as imprecisões que aqui foram ditas, nesta sede, deixa-nos um pouco alarmados. Porquê? Porque são ditas palavras que não correspondem e que não podem ser assim tomadas, nomeadamente, confundir processo de recuperação com o plano de recuperação da insolvência, efetivamente, o Ateneu apresentou-se à insolvência, mas, e tome-se atenção a isto, porque dizer, também, que não conhecem o plano, o plano de recuperação, as Senhoras Peticionárias pecam por, obviamente, também não tomaram todas as diligências necessárias porque o processo de insolvência é publico e se forem consultá-lo vêm que está lá o plano de recuperação e está lá um inventário. -----



# DRAFT

----- O Administrador quando foi nomeado teve a obrigação, isso resulta da lei, que teria de fazer um inventário de tudo o que encontrou. Portanto, dizer agora que não sabem, pode ter desaparecido ao longo dos anos, isso também, eu não sei tudo o que existia naquele espaço, mas se, agora, querem saber o que está inventariado vão ao processo de insolvência que o sabem, e é público.-----

----- Agora, não podemos confundir o poder político, que é a nossa função aqui, com o poder judicial. E porquê? -----

----- No âmbito deste processo, os credores, é preciso ver, e não são trezentos mil, mas sim seiscentos mil euros, depois já vem os juros, etc., os credores aprovaram, e estamos a falar de uma entidade privada com fins públicos, mas os credores aprovaram, foi homologado e transitou em julgado. Obviamente, que a Câmara pode, no âmbito do seu direito de preferência, mas tem de ir ao processo. Isto não é assim tão fácil como, agora, estamos todos aqui a discutir. -----

----- Obviamente, que é do interesse dos munícipes que aquele espaço se mantenha, e segundo informação que nos foi dada pelo Senhor Administrador de insolvência, aquele edifício vai ficar tal e qual como está, e o Ateneu, a Associação Ateneu vai-se manter. E só sai o Administrador de insolvência quando entregar as chaves depois da requalificação toda, e aqui a Câmara poderá dizer e terá de estar atenta. Estou plenamente, convencida que a Senhora Presidente da 7ª Comissão, uma pessoa bastante entendida, mais do que eu, de certeza, sobre este assunto, não deixaremos de monitorizar tudo o que ali se irá passar. -----

----- Portanto, pôr em causa a 7ª Comissão tal como foi posta pelas Senhoras Peticionárias que não tomaram atenção ao trabalho que todos os Deputados tiveram, que iam para além das suas competências, nomeadamente, em termos jurídicos, fundamentaram aquele parecer de modo a que tudo fosse enquadrado e não levantasse, aqui, qualquer dúvida, é um pouco de, e perdoem-me a expressão, é um pouco de “*bradar aos céus*”, é de quem, realmente, não reconhece o trabalho dos Deputados que aqui estão. -----

----- Dito isto, aconselho a Senhoras Peticionárias a ir ao processo, verem o que é que lá está no inventário, verem o plano de recuperação, e verem efetivamente, o que é que está para aquele espaço, e depois teremos, com certeza, a Senhora Presidente da 7ª Comissão, ou se pedirem a esta Assembleia, teremos muito prazer em voltar a recebê-las. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Em relação ao Ateneu e às peticionárias, em primeiro lugar, agradecer às peticionárias terem levantado este assunto e terem dado a conhecer à Assembleia a situação em que se encontra o Ateneu, e toda esta envolvência jurídico-burocrática do Ateneu, e também terem dado a conhecer a esta Assembleia o seu vasto acervo, espólio, como queiram chamar. -----

----- Em primeiro lugar, gostaria de frisar, aqui, a opinião do Partido da Terra. -----

# DRAFT

----- O edifício onde se situa o Ateneu é um dos edifícios mais importantes e característicos do local, por isso, deve ser preservado e deve-se arranjar forma de o preservar e de o classificar de forma a que não possa ser alterada a sua traça. -----

----- Ao nível do que o Ateneu faz e da sua intervenção cultural e desportiva, deverá ser assegurado que qualquer uma das situações que se arranjam para resolver este problema, deverá ser garantido que ele continuará a prestar o mesmo tipo de serviço e o mesmo tipo de práticas, não sendo a Câmara Municipal de Lisboa a substituir-se ao próprio Ateneu porque é uma entidade privada, de cariz cultural, mas privada. -----

----- Em relação à situação das peticionárias, em relação ao seu bar, pode ser um bar interessante, é um bar muito interessante, concordamos que também ele possa ser mantido, mas tem de ser coordenado, interligado, com toda a parte de recuperação do Ateneu na sua função principal que é a função cultural e desportiva. E se houver, aqui, alguma incompatibilidade, as funções do Ateneu terão de prevalecer. -----

----- Também o Partido da Terra não entende porque é que, mais uma vez, há tanta polémica por causa de um hotel. É assim, se calhar a Câmara Municipal de Lisboa deveria de ter mais cuidado e tentar restringir no licenciamento dos hotéis, tentar restringir o licenciamento de mais hotéis e a descaraterização de determinados edifícios e de determinadas zonas. Qualquer dia temos uma Lisboa só de hotéis, só de turistas e não de residentes. Se calhar vulgariza-se, passa a ser uma cidade só para o turismo, passa a ser um *resort* só não temos praias. Por isso, não conseguimos entender o licenciar de qualquer forma. Agora estou a generalizar a outros casos também polémicos de hotéis que vão descaraterizar zonas da cidade. -----

----- Concordamos com os pontos um e dois da recomendação nº 5/108, do BE, em absoluto, mas não podemos acompanhar também positivamente, o ponto três. Acho que não é o caso aqui, o caso aqui é recuperar o Ateneu e deixar como está. Não vamos acompanhar positivamente o ponto três da recomendação do BE, e peço que essa votação seja feito em separado. -----

----- Para terminar, o Partido da Terra saúda todas as Comissões que trabalharam em todos os relatórios que hoje foram apresentados ao longo dos vários pontos. E também saúda os peticionários das petições que hoje foram aqui apresentadas, pela sua cidadania em fazer-nos chamar a atenção de situações que necessitam ser melhoradas, para podermos fazer o nosso trabalho de fiscalização que a Assembleia Municipal de Lisboa tem de fazer em relação à Câmara. -----

----- Disse.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Simonetta Luz Afonso (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde, de novo, Senhora Presidente, Excelentíssima Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhoras Peticionárias. -----

----- Em primeiro lugar, quero agradecer às Senhoras Peticionárias por nos terem chamado à atenção para um assunto que é importante para a cidade e que é o futuro do Ateneu. Esse é de facto, o objeto do nosso trabalho. -----

----- Quero agradecer à Senhora Deputada Rosa Carvalho, nossa colega da 7ª Comissão, por ter clarificado a parte jurídica desta questão, e quero agradecer ao meu

# DRAFT

colega, Senhor Deputado Sobreda Antunes, do PEV, por ter tido um trabalho minucioso de esmiuçar a história desta instituição, com todas as suas cambiantes, confusões, avanços e recuos, mas de facto a história deste processo ficou claramente definida neste parecer elaborado pelo Senhor Deputado Sobreda Antunes, a quem muito agradeço e todos nós agradecemos. -----

----- Eu gostaria de clarificar que a 7ª Comissão da Assembleia Municipal não se pode sobrepor aos tribunais. Este assunto está entregue ao tribunal porque o Ateneu declarou insolvência. Ora bem, não sei porque é que declarou insolvência, ou sabemos, enfim, teve dívidas, dificuldades, não vamos tratar desse assunto, o que a nós nos interessa é que o Ateneu possa ter um futuro como associação da cidade. -----

----- O Ateneu tem uma história importantíssima que cruza com a história da república. Do Ateneu fizeram parte personalidades importantíssimas da vida política e cultural portuguesa, como três Presidentes da República, o Teófilo de Braga, o Bernardino e o Arriaga, todos fizeram parte da Associação do Ateneu. -----

----- O Ateneu nasceu com um fim cultural e desportivo, dentro de um espírito filosófico do “mente sã em corpo são”, é portanto, um princípio muito interessante, foi criado pelos empregados de comércio no fundo, do centro histórico da cidade era de onde havia a maior parte das lojas do comércio, e que tiveram várias sedes até chegarem a esta sede que foi definitiva, na Rua das Portas de Santo Antão. -----

----- Começaram por ser inquilinos do Conde de Burnay que é uma importantíssima figura do século XIX-XX, pois era um dos nossos primeiros banqueiros, um grande colecionador de obras de arte, o qual, inclusivamente, doou peças importantíssimas ao Museu de Arte Antiga. E sei que quando o Ateneu alugou este espaço, que era a casa do Burnay, teria peças dele. Portanto, é muito importante que este espólio seja, de facto, tratado. Com esse objetivo, pedia à Senhora Presidente para enviar um ofício à Senhora Vereadora da Cultura uma vez que, à Câmara Municipal por decisão estatutária dos estatutos do Ateneu, compete tomar conta do espólio no caso de uma insolvência, ou da extinção do Ateneu. Portanto, aguardamos que a Senhora Vereadora nos dê informações, e é evidente que, ouvimos o Administrador da insolvência, para além das peticionárias, o qual nos afirmou que havia um inventário. Não o vimos, mas isso competirá à Câmara Municipal de Lisboa verificar se está devidamente bem feito, e se corresponde à realidade do que existe, ainda hoje. -----

----- Sei que há livros importantes, fiz concretamente a pergunta ao Senhor Gestor da insolvência, Administrador da insolvência, o qual disse que estavam guardados num cofre-forte. Ora bem, como a Câmara de Lisboa fez uma fiscalização ao próprio edifício e verificou que havia algumas situações menos boas no próprio edifício, valeria a pena que as equipas técnicas da Câmara Municipal de Lisboa, dos inventários móveis e das bibliotecas, dos arquivos, e do mobiliário, se deslocassem e verificassem as condições de conservação em que se encontram. -----

----- Nós visitámos o Ateneu mas, obviamente, não vimos tudo, não fomos ao cofre porque não somos, de facto, inspetores, e portanto, aceitámos aquilo que nos foi dito. --

----- Portanto, neste momento, a 7ª Comissão, como explicou a nossa colega que é jurista, não pode sobrepor-se ao tribunal. E portanto, nós, 7ª Comissão, fizemos estas

# DRAFT

recomendações à Câmara Municipal de Lisboa, a qual também foi questionada pela Senhora Presidente a nosso pedido, para saber se haveria na Câmara algum pedido de obras de alteração do edifício, e foi-nos afirmado pelo Senhor Vereador Manuel Salgado, há cerca de um mês, que não tinha entrado na Câmara nenhum pedido de intervenção no edifício, ou de alteração para qualquer fim. -----

----- Portanto, a 7ª Comissão não está a dormir, não está distraída, pelo contrário, as recomendações que fizemos são recomendações sensatas, envolvendo a Câmara Municipal de Lisboa que é, de facto, a instituição que pode salvar o Ateneu no sentido de ver que obras vão ser precisas, que já o fez, ou que pedidos de intervenção que possam ser pedidos para viabilizar o Ateneu.-----

----- Outras das questões é que, e o Administrador da insolvência afirmou-nos que estava a tentar revitalizar o Ateneu como associação, portanto, atrair novos sócios para o Ateneu, isso é que era importante que acontecesse. -----

----- Portanto, é necessário que, de facto, termos isto tudo em conta.-----

----- Além disso, eu queria chamar a atenção para o facto de os bares que existem no Ateneu não terem condições, porque existe uma petição com duas miul assinaturas, precisamente, por causa do barulho que os bares fazem, durante a noite e que incomoda o teatro em frente e o coliseu, quando têm espetáculos. Portanto, as coisas têm de ser vistas dos dois lados, e não só de um. Na verdade, é pena que uma instituição daquelas, e o edifício com as características que tem, que o edifício era dos Condes de Povolide, mas desde o século XVI que sabemos que havia, naquela zona, um edifício histórico importantíssimo, e que depois foi habitado pelo Conde de Burnay, tenha chegado à situação em que se encontra, viram nas fotografias, em que está cheio de graffiti. Tem três tetos importantes no interior, e o resto foi tudo feito de puxadas, puxadinhas, porcarias, parece uma barraca, quando é um edifício fantástico da Cidade de Lisboa que é preciso preservar na sua traça original. -----

----- Portanto, a 7ª Comissão está atenta a todas estas situações, e não vai desistir de saber o que se passa, inclusivamente, a Câmara Municipal vai-nos, certamente, informar do desenvolvimento desta história. -----

----- Portanto, o Ateneu continuará na nossa carteira. Isto é, apenas, uma situação intermédia. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Vice-presidente da Câmara** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente. -----

----- Em primeiro lugar, faço minhas as palavras da Senhora Deputada Simoneta Luz Afonso quando refere que este é um processo muito complicado, é um processo que está em tribunal, o Ateneu está insolvente, e a Câmara Municipal, numa situação destas, tem limitada a sua intervenção. -----

----- Dizer, para que conste, no que respeita às recomendações que aqui são feitas, e não querendo fugir à nossa responsabilidade, há um processo de legalização de obras relativamente ao restaurante, 1º andar, que se encontra deferido pelo Senhor Vereador Manuel Salgado. E no que diz respeito às discotecas, nomeadamente, a Discoteca Bar Sala de Espelhos, foi feito um despacho pelo Senhor Vereador Manuel Salgado a

## DRAFT

determinar a cessação do uso da discoteca, tendo sido o proprietário notificado, terminando o prazo a três de junho. -----

----- Foi notificado o Ateneu no sentido de fazer obras de conservação, para que fique também, claro porque as peticionárias pereceu-me que referiram que o prazo tinha terminado, e o prazo não termina. O prazo termina só no final do período que é determinado para as obras, portanto, foi determinado um prazo de nove meses para essas obras e o prazo termina no final desse prazo, e não no prazo que é referido no início. -----

----- No que diz respeito à matéria dos processos que estão em curso, em relação ao património, dizer que, e a Vereadora da Cultura deixou aqui algumas notas para eu poder comunicar. Em primeiro lugar, referir alguns pontos prévios que são: -----

----- O Município não é credor do Ateneu e portanto, não tem direito a satisfação de créditos através do leilão do património; -----

----- Segundo lugar, a obrigação que dos estatutos resulta da Câmara Municipal no que concerne ao depósito de bens do valor desportivo, histórico e cultural, é gratuita ou seja, o Município não poderá intervir no leilão que possa ser realizado para adquirir os referidos bens de forma a poder cumprir a incumbência que para si decorre dos referidos estatutos. Os bens móveis que se referem os estatutos, podem estar incluídos no inventário que consta do processo de insolvência já sinalizados para serem leiloados para satisfação dos créditos. Assim, deve ser avaliada, juridicamente, a possibilidade de intervir no processo com o intuito de desentranhar esses bens da massa insolvente. -----

----- Dito isto, o Pelouro da Cultura está disponível para constituir um grupo de trabalho que inclua as áreas de desporto da Câmara, no sentido de aceder e analisar o inventário de bens que constituam o espólio do Ateneu, e que deve estar na posse do Administrador da insolvência, no sentido de acautelar o cumprimento do citado artigo dos estatutos, ou seja, tem de se ter sempre em conta o que é que já está condicionado juridicamente ao processo de leilão, que é algo que nós não podemos interferir. -----

----- Após a análise de categoria de bens que consta em elaborar propostas no sentido da acomodação do acervo e nos armazéns municipais se assim for possível, portanto, no fundo, disponibilizarmo-nos para tal. -----

----- Analisar a possibilidade de incorporar na biblioteca e nos arquivos da Câmara Municipal de Lisboa, tendo em conta o seu estatuto de conservação e de salvaguarda. -

----- Analisar e propor o destino a dar ao demais património desportivo, nomeadamente, troféus, prémios e recordações. -----

----- Portanto, de forma muito resumida, estamos totalmente disponíveis, temos que perceber os condicionantes jurídicos do processo, porque há um processo de insolvência que nós, obviamente, que nos limita do ponto de vista da ação, não há nenhum processo de licenciamento para o Ateneu, portanto, pareceu-me que havia alguma confusão em relação a essa matéria, e portanto, a Câmara Municipal em relação a esta matéria, assumirá as suas responsabilidades, mas temos de ter atenção que decorre um processo judicial e que isso condiciona a ação da Câmara Municipal e dos demais órgãos municipais.-----

# DRAFT

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigada Senhor Vice-presidente.-----

----- Terminaram as intervenções. Temos duas recomendações para apreciar, a recomendação proposta pela 7ª Comissão, a **Recomendação nº 3/108**, que tem aqueles quatro pontos que já vimos, mais um ponto final de dar conhecimento nomeadamente, aos peticionários e ao Administrador da insolvência, e à Assembleia da República, e depois temos a recomendação do BE.-----

----- Portanto, vamos pôr à consideração, em primeiro lugar, a **Recomendação nº 3/108** sobre a **Petição nº 4/2016**, ninguém pediu a votação separada por pontos, portanto, vamos pôr à votação a recomendação tal como foi apresentada. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND. A **Recomendação nº 3/108** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- Agora sim a recomendação do BE, **Recomendação nº 5/108**, que tem três pontos e foi pedida a votação em separado. E eu vou lembrar os pontos:-----

----- “1 - *Que proceda a diligências com vista à classificação do património mobiliário do Ateneu Comercial de Lisboa como património móvel de interesse municipal, promovendo a sua inventariação e preservação, adotando todas as medidas preventivas necessárias a tal desiderato.*-----

----- 2 – *Que proceda a diligências com vista à classificação do Palacete dos Condes de Povolide, na Rua de Santo Antão como património imóvel de interesse municipal, promovendo a sua classificação e preservação.*-----

----- 3 – *Que adquira, designadamente através do exercício do direito de preferência, o Palacete dos Condes de Povolide, na Rua de Santo Antão.*”-----

----- Posto isto, pediram a votação por pontos, portanto, vamos votar separadamente, cada um dos pontos.-----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto nº 1** da **Recomendação nº 5/108**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND. O **Ponto nº 1** da **Recomendação nº 5/108** foi **aprovado por unanimidade**.-----

----- Vamos passar ao **Ponto nº 2** da **Recomendação nº 5/108**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND. O **Ponto nº 2** da **Recomendação nº 5/108** foi **aprovado por unanimidade**.-----

----- Vamos passar ao **Ponto nº 3** da **Recomendação nº 5/108**. Não há votos contra, abstenções do PS, PSD, CDS-PP, MPT, PAN, PNPN e 6IND, votos a favor do PCP, BE e PEV. O **Ponto nº 3** da **Recomendação nº 5/108** foi **aprovado por maioria**.-----

----- É uma recomendação aprovada pela Assembleia Municipal em qualquer circunstância.-----

----- Senhores Deputados, terminámos a parte das petições. Resta-me agradecer, não sei se ainda estão alguns peticionários na sala, mas quero agradecer o contributo que deram para esta sessão, e vamos prosseguir a nossa ordem de trabalhos.-----

# DRAFT

----- O ponto 6, **Proposta nº 175/2016**, eu já tinha anunciado que é retirado porque há uma retificação a fazer na **Proposta nº 175/2016** julgo que já há entendimento entre a Junta de Freguesia e a Câmara sobre isso, porque havia um desacerto de parcelas, faltava uma verba para completar um valor, e isso vai vir com a proposta retificada, numa próxima sessão.-----

----- O ponto nº 7, trata-se apenas do número um da parte deliberativa da **Proposta nº 165/2016**, que tem a ver com a Câmara que aceite a cedência devida num determinado processo de urbanização que seja feita por dação em pagamento com a entrega do Edifício da Fábrica de Braço de Prata. Isto foi apreciado pela 1ª Comissão, e há um relator que foi o Senhor Deputado Hugo Xambre que quer, e vai, apresentar o relatório.-----

----- **PONTO 7 – APRECIACÃO DO Nº 1, DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA Nº 165/CM/2016 – QUE A CEDÊNCIA DEVIDA NO ÂMBITO DO PROCESSO Nº 21/URB/2004, SEJA FEITA, EM PARTE, POR DACTO EM PAGAMENTO COM A ENTREGA DO “EDIFÍCIO DA FÁBRICA DE BRACO DE PRATA”, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALINEA I) DO Nº 1, DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS.**

----- (A **Proposta nº 165/CM/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XIV** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer** da 1ª Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos fica anexado à presente Ata, como **Anexo XV** e dela faz parte integrante).---

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Xambre (PS)** no uso da palavra e na qualidade de relator do parecer da 1ª Comissão Permanente, fez a seguinte apresentação:-----

----- “Boa tarde Senhora Presidente.-----

----- De forma muito rápida, esta proposta pretende aprovar a dação em pagamento referente à compensação urbanística do edifício da Fábrica de Braço de Prata, por aquilo que é o valor de um milhão, cento e treze mil euros.-----

----- Todos conhecem o magnífico edifício e a importância que tem para a cidade e acho que é importante que o Município fique com a posse do espaço.-----

----- O parecer é bastante exaustivo na parte dos considerandos, contando um pouco a história do processo todo, mostrando o uso atual do espaço para atividades culturais e artísticas que é um objetivo que a Câmara Municipal de Lisboa pretende manter.-----

----- Quanto ao valor encontrado para dação em pagamento, o valor é também concordante com um desvio de 2%, o que confere uma solidez bastante boa em relação ao valor encontrado.-----

----- A proposta tal como é indicada nas conclusões do parecer permite resolver uma situação daquilo que é a pendência de património, ficando na posse do Município o edifício e os terrenos que já eram municipais, e que de facto tem uma enorme importância para aquela zona da Cidade de Lisboa.-----

----- A proposta está em condições de ser discutida e votada em Plenário.”-----

# DRAFT

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Nós entendemos que é positiva esta proposta, mas obviamente, temos bem na memória, aquele que é o Plano de Pormenor da Matinha, e toda a situação daquela zona. -----

----- Portanto, valorizando o facto de passar a haver um património cultural, lamentamos que não estejam assegurados devidamente, os espaços culturais e cívicos de toda aquela zona, e portanto, continuaremos a abstermo-nos em relação a esta matéria. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- A Mesa vai pôr à vossa consideração o número um da parte deliberativa da **Proposta nº 165/2016**. Votos contra do CDS-PP, abstenções do PSD, PCP, BE, PEV e PAN, e votos a favor do PS, PNP, MPT e 6IND. O número um da parte deliberativa da **Proposta nº 165/2016** foi **aprovado por maioria**. -----

----- E agora que a proposta já foi aprovada, faço aqui um rapidíssimo comentário, aqui está um caso em que foi a Câmara Municipal de Lisboa que interveio porque o edifício da Fábrica de Braço de Prata ia ser pura e simplesmente, demolido e ia ser despejada toda a atividade cultural que lá estava, e a Câmara teve que intervir, negociando com o proprietário esta cedência para manter esta atividade. Seria interessante que tivéssemos tido uma oportunidade parecida no caso do Ateneu, mas não existiu, por enquanto. Estou, apenas, a fazer um comentário uma vez que a proposta já está aprovada. -----

----- Vamos passar ao ponto número oito da nossa ordem de trabalhos. Trata-se de uma revogação parcial da Deliberação nº 185/2003, relativa a terrenos, e a propor a alienação de terrenos municipais localizados no Conselho da Amadora. Isto foi apreciado na 1ª Comissão, e a Senhora Deputada Ana Páscoa é a relatora do parecer e vai fazer a apresentação sucinta do seu relatório. -----

----- Chamar a atenção Senhores Deputados que há um erro, aliás, já tinha sido assinalado na Comissão, no ponto número um da proposta, é um lapso de escrita. Quando se fala: “*o preço acordado de cem euros por metro quadrado*” é “*o preço acordado de um euro por metro quadrado*”. Tinha sido um erro já reparado pelo Senhor Deputado Magalhães Pereira que nunca falha nestas coisas, e de facto, é um euro por metro quadrado e peço que depois seja retificada a proposta quando for feita a votação, chamando a atenção que é o preço de um euro por metro quadrado.” -----

----- **PONTO 8 – APRECIACÃO DA PROPOSTA Nº 107/CM/2016 – REVOGACÃO PARCIAL DA DELIBERACÃO Nº 185/2003, E PROPOSTA A ALIENACÃO DE TERRENOS MUNICIPAIS LOCALIZADOS NO CONSELHO DA AMADORA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALINEA I) DO Nº 1, DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO À LEI Nº 75/2013,**



# DRAFT

## **DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS.**

----- (A **Proposta nº 107/CM/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XVI** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer** da 1ª Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos fica anexado à presente Ata, como **Anexo XVII** e dela faz parte integrante).

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra e na qualidade de relatora do parecer da 1ª Comissão Permanente, fez a seguinte apresentação: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente. -----

----- Portanto, esta proposta pretende, tal como já foi dito, a alienação de terrenos sitos no Casal da Boba, portanto, no Conselho da Amadora, a favor da Câmara da Amadora.-----

----- Estes terrenos foram adquiridos pelo Município de Lisboa em 1950, com o objetivo de fornecer pedras e brites para a construção do metro, em 1950, e posteriormente, o local foi utilizado como lixeira, dos lixos de Lisboa.-----

----- Já em 2003, os Municípios de Lisboa e da Amadora protocolaram a venda de uma parte dos terrenos e, na altura, isto não avançou, e neste momento, é que verificamos é que a Câmara da Amadora está empenhada na reabilitação destas áreas e pretende adquirir os terrenos para a requalificação e utilização pública do espaço conforme o projeto Parque Urbano da Boba, integrante da estrutura verde da Amadora.-----

----- Para além deste parque urbano, pretende também, numa parte desses terrenos, construir uma creche para os filhos dos funcionários e requalificação dos refeitórios e balneários camarários.-----

----- Portanto, neste momento, o que temos em cima da mesa é de facto esta alienação que a 1ª Comissão considerou a proposta em condições de ser votada. -----

----- Houve algumas dúvidas que surgiram na discussão em sede de Comissão, e posteriormente, fez-se uma audiência com o Senhor Vereador Manuel Salgado, dúvidas essas que foram esclarecidas, uma dizia respeito a questões contabilísticas, e outra era uma preocupação em relação ao realojamento das famílias que ainda, habitam esse terreno. Mas de acordo com a informação que foi dada, no protocolo e nas condições de acordo que vão ser assinadas pela Câmara de Lisboa e da Amadora, esta parte dos realojamentos está, de facto, assegurada pelo que as dúvidas na Comissão foram ultrapassadas. -----

----- As conclusões do parecer dizem: -----

----- “1 – Segundo a CML estes terrenos carecem de relevância estratégica, não tendo utilidade para o Município e constituem mesmo um encargo permanente, com o fornecimento de água, em autotanque a cerca de 8 famílias residentes em condições precárias. -----

----- 2 – A utilização dos terrenos como aterro sanitário de Lisboa durante vários anos acarreta responsabilidade ambiental face à população do Concelho da Amadora.-----

# DRAFT

----- 3 – *A alienação agora proposta permite dar cumprimento aos Princípios da Boa Administração, da Colaboração entre Entidades Públicas e da Prossecução do Interesse Público.*” -----

----- Portanto, são as conclusões da 1ª Comissão que considerou a proposta em condições de ser votada. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. -----

----- A Mesa não regista pedidos de palavra, a retificação foi feita, e sendo assim, vamos pôr à consideração a **Proposta nº 107/2016**. Não há votos contra, abstenções do PSD, CDS-PP, PAN e MPT, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PNPV e 6IND. -

----- A **Proposta nº 107/2016** foi **aprovada por maioria**. -----

----- **PONTO 9 – APRECIACÃO DA PROPOSTA Nº 113/CM/2016 – PERMUTA DO DIREITO DE SUPERFÍCIE CONSTITUÍDO A FAVOR DO SPORTING CLUBE DE PORTUGAL (SCP) A COBERTO DA PROPOSTA Nº 150/2005, SOBRE UMA PARCELA SITA NA AVENIDA SANTOS E CASTRO, POR UM NOVO DIREITO DE SUPERFÍCIE A CONSTITUIR SOBRE UMA PARCELA DE TERRENO MUNICIPAL SITA NA AVENIDA DOS CONDES DE CARNIDE/ESTRADA MILITAR, PARA A INSTALAÇÃO DE UM POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO Nº 1, DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL; 2XGRELHA-BASE – 68 MINUTOS.**

----- (A **Proposta nº 113/CM/2016** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XVIII** e dela faz parte integrante). -----

----- (O **Parecer Conjunto** da 1ª Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos e da 3ª Comissão Permanente de Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana, Habitação e Desenvolvimento Local fica anexado à presente Ata, como **Anexo XIX** e dela faz parte integrante). -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** continuou: -----

----- “Vamos passar ao último ponto da nossa ordem de trabalhos é a **Proposta nº 113/2016**. É uma permuta de um direito de superfície constituída a favor do Sporting Clube Portugal em 2005, uma parcela sita na Avenida Santos e Castro por um novo direito de superfície a constituir sobre uma outra parcela de terreno municipal na Avenida Condes de Carnide/Estrada Militar e é para a instalação de um posto de abastecimento de combustíveis. -----

----- A proposta teve como relator o Senhor Deputado José Alexandre que prescinde de apresentar o relatório, não há pedidos de inscrição, vamos passar à votação da **Proposta nº 113/2016**. -----

----- O Senhor Deputado Miguel Santos está a assinalar, microfone ao Senhor Deputado Miguel Santos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** referiu o seguinte: -----

# DRAFT

----- “Houve aqui um erro na minha votação anterior, na minha votação anterior o voto é favorável à Proposta nº 107/2016.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** continuou: -----

----- “Voto do PAN relativamente à Proposta nº 107/2016, corrijo aquilo que há pouco anunciei, a votação final é a mesma mas o PAN tem um voto favorável à proposta, e não o que eu tinha anunciado anteriormente. -----

----- Vamos, então, à **Proposta nº 113/2016**, vamos votar. Votos contra do PCP, BE e PEV, abstenção do PAN, votos a favor do PS, PSD, MPT, PNPN, CDS-PP e 6IND. A **Proposta nº 113/2016 foi aprovada por maioria.** -----

----- Senhores Deputados, terminámos os nossos trabalhos. -----

----- Para a semana nós temos uma sessão com declarações políticas, portanto, eu lembro que até sexta-feira, esta semana, ainda, por cima, temos um feriado à quinta-feira, que até sexta-feira terão de dar entrada, sexta-feira de manhã, terão de dar entrada recomendações, ou moções, que queiram apresentar.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** referiu o seguinte: ---

----- “Julgo que a data de entrega dos documentos para as declarações políticas é na segunda-feira de manhã, e não na sexta.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** respondeu: -----

----- “Se está a dizer, vou verificar, só um segundo. De qualquer maneira, mandamos um mail, amanhã, a confirmar, mas é nos termos do Regimento. -----

----- Confirmo, é na segunda-feira. Nos termos do Regimento, é de facto, na segunda-feira até às onze horas da manhã.-----

----- Como se mete o feriado, poderia haver perturbação na compreensão destas matérias, e a Mesa verá se temos mais coisas para agendar. -----

----- Informo os Senhores Deputados que não poderemos ter Conferência de Representantes na segunda-feira porque eu não estou cá, teremos na outra semana a seguir. Pelo que o nosso encontro será para a semana nas declarações políticas. -----

----- Muito boa tarde a todos os Senhores Deputados, e um bom feriado recuperado. ---

----- Aproveito só para informar que há uma exposição com as figurinhas da procissão de Corpo de Deus nos Paços do Concelho que penso que será inaugurada no dia do feriado, mas é uma pequenina parte de uma procissão que tem mil e duzentas figuras. -

----- Muito obrigado.” -----

----- A sessão terminou, eram dezoito horas e trinta e cinco minutos. -----

----- Eu \_\_\_\_\_, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014. -----

-----A PRESIDENTE -----